

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Kamila Winck Silva

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO
PERÍODO DE 1990 A 2010: UM ESTUDO SOBRE O SETOR
CALÇADISTA**

Santa Cruz do Sul

2016

Kamila Winck Silva

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO
PERÍODO DE 1990 A 2010: UM ESTUDO SOBRE O SETOR
CALÇADISTA**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Santa Cruz do Sul para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rejane Maria Alievi

Santa Cruz do Sul

2016

“Conhecimento não é aquilo que você sabe,
mas o que você faz com aquilo que você
sabe.”

(Aldous Huxley)

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de identificar e descrever se ocorreu um processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010. A diminuição da participação da indústria no PIB brasileiro e uma alta participação do setor primário nas exportações brasileira têm gerado fortes argumentos e estudos no meio acadêmico. De um lado, autores defendem que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização precoce, e por outro lado, autores veem essa queda da participação da indústria no PIB como uma forma natural de desenvolvimento da economia. Estudiosos que consideram a desindustrialização precoce no Brasil e nociva para a economia, relatam que ela teve início em meados 1990, com a abertura financeira comercial. O setor calçadista, que foi uma das primeiras indústrias de transformação a se desenvolver no Brasil, tem papel fundamental no contexto industrial brasileiro e também foi utilizado para análise. Este setor foi um dos grandes afetados com a abertura comercial financeira, e teve que fazer uma grande reestruturação industrial para conseguir manter-se no mercado competitivo que se instaurou a partir dos anos 1990. Um estudo de caso foi utilizado neste trabalho, com pretensão de investigar se ocorreu um processo de desindustrialização no Brasil no período de 1990 a 2010. A análise de resultados permitiu visualizar a capacidade da indústria em manter suas diretrizes para mais tarde se reestabelecer no mercado. E, também foi possível verificar um ganho gradativo do setor primário nas exportações brasileiras. Assim sendo, o estudo não identifica resultados invariáveis que confirme a existência de um processo de desindustrialização brasileira no período investigado.

Palavras-chave: Desindustrialização, Indústria, Setor Calçadista.

ABSTRACT

The present work had as its objective to identify and to describe if the process of Brazilian deindustrialization occurred in the period from 1990 to 2010. The decrease in the participation of the industry in the Brazilian GDP and a high participation of the primary sector in the Brazilian exports have both generated strong arguments and studies in the academic environment. From one standpoint, some authors argue that Brazil is undergoing an early deindustrialization process, and on the other hand, other authors see this decline in the share of industry in GDP as a natural way of economic development. Those researchers who consider deindustrialization in Brazil too early and also harmful to the economy, report that it started in the 1990s, with the opening of the commercial and financial market. The footwear sector, which was one of the first transformation industries to develop in Brazil, plays a fundamental role in the Brazilian industrial context and it was also used for analysis. This sector was one of the most affected by the opening of the commercial financial market, and had to make a major industrial restructuring to be able to remain in the competitive market that was established in the 1990s. A case study was used in this work, aiming to investigate how deindustrialization process took place in Brazil from 1990 to 2010. The results analysis allowed the visualization of the industry's ability to maintain its guidelines for later reestablishment in the market. It was also possible to verify a gradual gain of the primary sector in the Brazilian exports. Therefore, the study does not identify invariable results that confirm the existence of a Brazilian deindustrialization process in the investigated period.

Key words: Deindustrialization, Industry, Footwear Sector.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Exportações brasileiras de calçados 1974 – 2010 *	48
Gráfico 02 - Participação da Indústria e Serviços no PIB brasileiro	63
Gráfico 03 - Variação da participação da Indústria e Serviços no PIB brasileiro	64
Gráfico 04 - Variação produção de calçados e artigos de couro*	65
Gráfico 05 - Participação Agropecuária x Indústria no total de exportações	68
Gráfico 06 - Participação indústria calçadista nas exportações brasileiras	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Participação relativa de países selecionados no valor das exportações mundiais de calçados – 1980, 1990, 2000, 2011	49
Tabela 02 - Empregos e salário médio real na fabricação de calçados - Brasil e estados selecionados- 1985 / 2009	51
Tabela 03 - Participação do setor industrial e setor de serviços no PIB total	62
Tabela 04 – Variação da produção física industrial de calçados e artigos de couro*	66
Tabela 05- Participação do setor primário e secundário nas exportações totais	67
Tabela 6 - Índices da taxa de câmbio efetiva real para o total das exportações e para exportações de manufaturados	69
Tabela 07 - Participação do setor calçadista nas exportações total	71

LISTA DE ABREVIATURAS

ABICALÇADOS	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
ALICEWEB	Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior
DEPECON	Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
DIESSE	Socioeconômicos
DIMAC	Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FOB	"Free On Board" = livre a bordo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IPA-OG	Índice de Preços no Atacado - Oferta Geral
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEADATA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSI	Processo de Substituição de Importações
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
VBPI	Valor Bruto da Produção Industrial
VTI	Valor de Transformação Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Problema	12
1.2	Objetivos	13
1.2.1	Objetivo geral	13
1.2.2	Objetivos específicos	13
1.3	Justificativa	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	Histórico do processo de industrialização brasileira	16
2.2	Industrialização e desindustrialização, uma abordagem conceitual	23
2.2.1	Processo de industrialização	23
2.2.2	Processo de desindustrialização natural ou positiva	26
2.2.3	Processo de desindustrialização precoce ou negativa	29
2.3	O processo de desindustrialização na economia brasileira	33
3	SETOR CALÇADISTA NO BRASIL: contextualização e caracterização	46
4	METODOLOGIA	56
4.1	Características do estudo.....	56
4.2	Objeto e dimensão	57
4.3	Análises dos Resultados	58
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	61
6	CONCLUSÃO	74
6.1	Limitações do estudo e sugestões para novos estudos	76
	REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

A partir de 1930, a industrialização começou a ter seu espaço na economia brasileira. A industrialização surgiu fortemente após a crise de 1929, quando, até então, a economia brasileira era basicamente agrário-exportadora. O Brasil necessitava de muitos produtos importados, principalmente os industrializados. Mas, como nessa época a moeda estava significativamente desvalorizada, as importações foram muito reduzidas. Com essa desvalorização, os produtos importados ficaram ainda mais caros, de modo que o café – principal produto exportado pelo país – perdeu demanda e, por consequência, teve seu preço reduzido. Embora o país tivesse encontrado uma grande ausência de receitas para importar os produtos industrializados, o governo criou uma política de proteção ao setor cafeeiro, cuja renda mínima necessária foi mantida.

Conforme Furtado (2005), com a moeda desvalorizada, o poder aquisitivo para compras externas diminuiu quase que pela metade. Por conseguinte, essa situação permitiu uma baixa dos preços das produções internas, e foram sobre esses novos preços que o processo de desenvolvimento industrial iniciou-se. Em consequência, a indústria nacional se desenvolveu para atender à demanda interna do país.

Desde então, a indústria foi passando por um processo de desenvolvimento e, até o fim da década de 1980, obteve seu crescimento. Na década de 1990, com a abertura econômica do governo Collor, a entrada de produtos importados gerou impactos na indústria brasileira, já que surgiu a concorrência entre os produtos nacionais e importados. Isso gerou transformações e dificuldades no processo produtivo, e um estrago na estrutura e nos empregos do país. Esses acontecimentos nos levam à discussão de um processo de desindustrialização brasileira.

A desindustrialização é um tema que atraiu a atenção de vários autores no Brasil, inclusive Marquetti (2002), que foi um dos primeiros a levantar a questão para a desindustrialização da economia brasileira. Esse autor, em seus estudos, verificou que havia uma transição de trabalho e recursos da indústria para outros setores com baixa produtividade do trabalho. Além do mais, ele verificou que essa transição teve dois efeitos negativos para o crescimento do trabalho: o primeiro era a reduzir a produtividade agregada, e o segundo era diminuir a capacidade de conservar o crescimento da produtividade do setor industrial.

Segundo o autor, a desindustrialização iniciou no Brasil a partir de 1985, porque havia baixo nível de investimento na economia brasileira, especialmente na indústria.

De outro ponto de vista, podemos citar Bonelli (2005), o qual também realizou um estudo sobre a desindustrialização brasileira, e levou em conta diferentes pontos que devem ser observados: a abertura comercial financeira em 1990, as novas técnicas de gestão da empresa e gerenciamento da produção, o uso intenso da terceirização, a privatização em vários segmentos da indústria, além da modernização de progresso e a modernização de máquinas e equipamentos.

Feijó, Carvalho e Almeida (2005) também fizeram seus estudos sobre a desindustrialização. Os autores consideram uma queda da produção ou do emprego industrial, como proporção do produto ou do emprego nacional, e não a vê como negativa, no sentido de destruição da indústria. No caso brasileiro, os autores mostram que as políticas adotadas desde 1990 levaram ao regresso dos setores que tinham baixa tecnologia no plano industrial brasileiro. Tais setores, contudo, eram os mais empregadores da indústria.

Assim, pode-se destacar que o estudo feito por pesquisadores sobre o caso da desindustrialização brasileira é um processo que vem acontecendo desde a metade da década de 1985, quando estudado do ponto de vista de participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) do país, do emprego industrial e demais variáveis. Ainda existem muitos autores que publicaram estudos sobre o caso da desindustrialização brasileira, o que será abordado posteriormente. Diante dessas preocupações perante a desindustrialização brasileira, o estudo procura mostrar, também, a análise de um setor específico: o do setor calçadista brasileiro.

A indústria calçadista foi uma das primeiras a se desenvolver no Brasil, juntamente com a têxtil. E, no período em que se considera ter uma desindustrialização brasileira, a importação foi um dos fatores que mais afetou essa indústria. O setor calçadista brasileiro é importante para a economia nacional, em função de sua grande produtividade, dos empregos que gera, do grande abastecimento do comércio interno e, também, porque tem significativa participação na balança comercial brasileira, com seus grandes números de exportação.

Segundo Amann, Lehn e Freitas (2014), após a abertura comercial financeira, a indústria calçadista teve muitas dificuldades em se manter competitiva no mercado interno. Vários fatores macroeconômicos levaram a essa dificuldade, assim como a alta importação de calçados dos países asiáticos.

As empresas que constituem o setor calçadista, a partir de 1990, tiveram que adotar novas estratégias de reorganização da produção para que pudessem manter a competitividade nos mercados nacionais e internacionais. As principais estratégias utilizadas na época foram as: estratégias de localização, tecnológicas e reorganizadoras.

As alterações de competitividade tiveram grande influência na decisão dos locais das empresas calçadistas. Essa estratégia pode ser conhecida como a transferência de unidades, de acordo com as vantagens oferecidas pelo local e também pelo valor de sua mão de obra, já que se buscavam menores custos de produção.

Como estratégias tecnológicas, consideram-se os empenhos e ações das empresas buscando ampliar as capacidades tecnológicas em seus processos de fabricação e gestão da produção.

Já as reorganizadoras, referem-se a estratégias de produção. Quando assumida essa reorganização da produção, obtém-se como resultado uma mudança na organização e administração de seus processos, além de uma nova forma de organizar os métodos de produção de bens e serviços.

Portanto, o desenvolvimento industrial passou por importantes modificações no comércio interno e externo, a partir das mudanças instauradas com a abertura comercial e financeira brasileira. Um novo ambiente competitivo foi marcado por diversas sucessões, principalmente as macroeconômicas. Esse cenário pelo qual a economia brasileira passou pode ter afetado o desenvolvimento industrial brasileiro em geral. Por consequência, as análises deste trabalho discutiram esse cenário, buscando históricos e conceitos acerca da industrialização brasileira, com foco na indústria calçadista nacional.

Uma série de variáveis podem ser analisadas para demonstrar a existência de um processo de desindustrialização brasileira. Neste contexto, o presente trabalho procurou mostrar a existência de um processo de desindustrialização brasileira, a partir de resultados de duas variáveis selecionadas, o PIB e a exportação.

Essas variáveis foram escolhidas com base em estudos já realizados por autores preocupados com o processo de desindustrialização.

O PIB foi utilizado para mostrar um ponto de vista interno da desindustrialização. Essa variável buscou apresentar uma perda da participação da indústria no PIB brasileiro. Uma vez que, o processo de desindustrialização evidencia uma diminuição da participação parcial da indústria no PIB total, transferindo essa perda em ganho de participação no setor de serviços. As exportações foram utilizadas como variável para sinalizar o ponto de vista externo da desindustrialização. O avanço das exportações de produtos primários se fez acompanhar de uma grande diminuição de exportação de produtos industriais e de alta tecnologia.

Com este ponto de vista, este trabalho buscou apresentar uma análise geral do processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010, apoiada em bases empíricas pesquisadas, capazes de apontar a perda de participação da indústria no PIB brasileiro e uma maior participação dos produtos manufaturados na pauta exportadora brasileira. Simultaneamente, buscou-se investigar como o setor calçadista brasileiro enfrentou a competitividade externa instaurada em 1990 e, se de algum modo foi afetado com o processo de desindustrialização.

1.1 Problema

Devido à importância fundamental da indústria para o desenvolvimento e progresso tecnológico de um país, um processo de desindustrialização se torna aspecto importante de ser analisado. As definições da atividade econômica mais importante de um país, como aperfeiçoamento do setor primário, criação do parque industrial ou setor de serviços são a base para o desenvolvimento de um país.

Os autores Rowthorn e Ramaswany (1999) verificaram em uma escala evolutiva, indicada através do PIB per capita, o desenvolvimento da economia de países bem sucedidos em princípios econômicos. Eles verificam que nos países que chegam a certo nível de renda, com sua base produtiva em produtos primários, tem-se a passagem de mão de obra da agricultura para o da manufatura. Mas essa percepção foi uma extensão de Clark (1957), que dizia que países de renda baixa tinham maiores participações em setores primários no PIB; porém, quando os níveis médios de renda são atingidos, a participação é transferida para o setor industrial, e,

por fim, quando atingem níveis elevados de renda, a participação de emprego perdida na indústria é transferida para o setor de serviços.

Logo, se desperta atenção para o fato no qual um país, cujo setor dinâmico da economia é a indústria, tenha uma perda deste dinamismo para o setor de serviços. Esta perda do dinamismo industrial é conhecida como desindustrialização precoce, ou seja, a economia de um país sofre consequências como aparição de produtos importados que desfavoreçam o crescimento da indústria local, perda de competitividade no mercado, aumento do desemprego, entre outras.

Em 1990, no plano Collor, ocorreu a abertura econômica brasileira, a qual ocasionou muitas mudanças no setor industrial. Por conseguinte, as empresas tiveram que buscar modernização e reestruturação em suas empresas, já que surgiram concorrências internas com os produtos externos. Os baixos preços dos produtos importados acarretaram mudanças na indústria, como a busca por locais que tivessem menor custo com a mão de obra e, também, o engajamento por melhor qualidade dos seus produtos.

Pelo fato de o processo de desindustrialização brasileira ter sido discutido por vários autores como existente ou não, a problemática da investigação consiste no seguinte questionamento: ocorreu um processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do estudo é identificar e descrever se ocorreu um processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010.

1.2.2 Objetivos específicos

- Realizar a revisão teórica do processo de industrialização e desindustrialização brasileira de 1990 a 2010;
- Identificar e descrever os principais problemas enfrentados pela indústria brasileira em decorrência do provável processo de desindustrialização;
- Verificar como a possível desindustrialização pode ter afetado o setor calçadista brasileiro no período de 1990 a 2010.

1.3 Justificativa

O setor industrial é um segmento que agrega valor aos produtos e que colabora significativamente para o desenvolvimento de uma economia, como podemos observar na frase de Sicsú (2009, p.22), que afirma que “O crescimento e a industrialização estão muito longe de ser tudo, mas sem eles nada haverá”.

Ao longo do tempo, o desenvolvimento industrial contribuiu para aprimorar o consumo da população, e foi responsável pela urbanização e crescimento da economia no país.

É notável que, na década de 1990, ocorreu uma regressão industrial, na qual a indústria perdeu competitividade, além de não conseguir acompanhar o avanço tecnológico, a mudança manufatureira e modernização dos produtos vindos do exterior. Tais problemas enfrentados por ela fazem pensar que a indústria brasileira teria sofrido um processo de desindustrialização.

Dessa forma, o estudo é relevante ao abordar um tema importante para a economia brasileira. O cenário de crescente competitividade, oriundo de inovações tecnológicas e concorrências externas, têm provocado à necessidade de entender a participação da indústria no plano brasileiro, que, por um período, se viu sobressaltado pela concorrência externa.

Ainda em relação à desindustrialização brasileira, existem desafios adicionais que se referem a dois tipos de interpretações sobre o assunto: enquanto alguns autores acreditam que a desindustrialização ocorreu no período pesquisado, outros desconsideram esse processo, manifestando o pensamento de que o decurso pelo qual a indústria brasileira passou não tem características de desindustrialização. Para tanto, pretende-se identificar e descrever a existência do processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010.

Assim, foi cabível um esforço para se ampliar o conhecimento científico sobre os conceitos já existentes, a fim de entender os acontecimentos e desafios relacionados à indústria e à economia, bem como a sua relação em dispersar novos conhecimentos. Estes fundamentos científicos se observam através da história brasileira, históricos industriais e políticas anteriores, que, em princípio, podem ter propiciado a desindustrialização brasileira.

Partindo desse contexto, o estudo justificou-se, pois apresentou, através da fundamentação teórica, da análise de resultados e de pesquisa, se realmente ocorreu o processo de desindustrialização da indústria brasileira no período de 1990 a 2010.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do processo de industrialização brasileira

Com a pretensão de entender como o processo de desindustrialização se instaurou e passou a ser tema de muitos debates no Brasil, é preciso, primeiramente, compreender como aconteceu o processo de industrialização do país.

O início da globalização nas décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial foi o momento em que o Brasil deu o seu primeiro passo rumo à industrialização. Após o Encilhamento¹, ocorreu um aumento significativo da produção têxtil doméstica, muito maior do que havia ocorrido antes. Tal ascensão foi decorrente de uma expansão do crédito e de uma elevada taxa de inflação. Conforme Fishlow (2013), no início, importar a maquinaria foi barato e, logo em seguida, com a aceleração da desvalorização cambial, os custos das importações têxteis aumentaram, o que veio a permitir lucratividade. Ele ainda ressalta que o crescimento da renda doméstica incitou a demanda quando as exportações de café, borracha, entre outros produtos primários, tiveram seus valores aumentados antes da guerra. Em 1913, as importações cresciam, enquanto que as exportações caíam; e o processo de industrialização se interrompeu, necessitando refinar a dívida externa como haviam ocorrido décadas antes.

Para compensar a taxa de câmbio que estava apreciada, devido às grandes pressões dos exportadores de café, o Brasil passou a um sistema monetário conhecido como Padrão Ouro, em 1906. Juntamente, veio o Tratado de Taubaté, que permitiu compras do excedente da produção de café. Essas medidas, então, ajudaram a indústria, propiciando o aumento da renda interna, seguido da recessão do período anterior.

Ainda conforme Fishlow (2013), o início da industrialização era limitado, até que a Primeira Guerra Mundial incentivou a manufatura doméstica, ao limitar o fornecimento externo por alguns anos.

¹ O Encilhamento foi a forma em que ficou conhecida a crise financeira a partir de 1890. Essa crise baseou-se na liberação de crédito bancários garantidos pela emissão de moeda destinada ao financiamento de projetos industriais (CROCE, 2008).

Logo após, esse incentivo retornou durante os anos de 1920, em meio a renovadas exportações agrícolas e entradas de capital estrangeiro. Inserida em um crescimento econômico cíclico, a indústria sobreviveu, e, no final da década de 1920, indústrias recentes, como as de cimento, ferro, aço, entre outras, tiveram um avanço. Todavia a indústria têxtil havia se expandido pouco, porque, nessa época, os interesses do café predominaram, e o pedido de proteção tarifária do setor industrial foi ignorado.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2002, p. 355) dizem que

Antes de 1930, as indústrias existentes surgiram nas “franjas” da economia cafeeira, ou seja, de acordo com as necessidades de atender a um mercado consumidor incipiente, surgido com o processo de imigração e a renda dos trabalhadores ligados ao setor agrário-exportador. Na historiografia brasileira, duas correntes procuraram explicar a origem da indústria nesse período: a teoria dos choques adversos e a industrialização induzida por exportações.

Nessa perspectiva, entende-se que o acontecimento de um choque adverso provém de guerras, crises econômicas internacionais, crise no setor exportador, entre outras crises que afetam o setor externo da economia e acarretam no aumento dos preços relativos às importações; ou ainda, que impõem dificuldades internas à importação. Nesse caso, o acontecimento de choques adversos no Brasil explica que o desenvolvimento industrial veio através da crise do setor exportador, o cafeeiro. Já a industrialização induzida por exportações, acontece quando a indústria cresce com o sucesso e a renda vinda do bom desempenho das exportações. Logo, a indústria brasileira cresceu junto com a expansão das exportações da economia cafeeira, visto que ocorria um crescimento da renda e do consumo vindos da massa salarial, cujos elementos eram fundamentais para consumo de produtos industriais. Com essa demanda resultante do bom desempenho das exportações, necessitava-se de investimento no setor industrial, ou seja, importar máquinas e equipamentos. No entanto, esse investimento era escasso em épocas de crise nas exportações do café, impedindo o crescimento do setor industrial. Gremaud, Vasconcellos e Toneto (2002) concluem que, quando as exportações estavam em alta, se importavam as máquinas para o investimento industrial, mas, em épocas de crise, havia mais produção interna e utilização da ociosidade produtiva, tornando a produção nacional competitiva.

A partir de 1930, após a Grande Depressão, maiores investimentos foram gerados para o setor industrial. A Grande Depressão iniciou-se nos Estados Unidos, com um grande desequilíbrio econômico, recessão da economia do país e quebra da bolsa de valores de Nova York. Essa crise atingiu o Brasil, fazendo com que as exportações de café para o exterior despencassem. Com isso, a desvalorização do câmbio deixou os preços dos produtos importados muito altos, e, então, houve uma grande procura por produtos nacionais. Criou-se, portanto, outra situação diante da recessão mundial, com a predominância da demanda voltada ao mercado interno. Logo, a demanda por produtos manufaturados expandiu, devido à renda gerada pelas atividades ligadas ao mercado interno.

No setor industrial, houve intervenção do governo com políticas macroeconômicas expansionistas, que foram o protecionismo à indústria e o processo de substituição de importações.

O protecionismo à indústria foi baseado na desvalorização real do câmbio, que aumentava o preço dos produtos importados em relação aos nacionais; no controle do câmbio, que determinava uma licença para importar e, assim, controlava os demandantes à moeda estrangeira; nas taxas múltiplas de câmbio, que estabeleciam vários mercados cambiais; e na elevação das tarifas aduaneiras, que aumentavam tarifas de importação.

O processo de substituição de importações era caracterizado pela industrialização fechada, que produzia para atender à demanda interna, e não para exportar, e, também, por um estrangulamento externo que causou a queda das exportações. Fonseca (2009, p. 18) ressalta o seguinte sobre o processo de substituição de importações:

Trata-se de um processo de desenvolvimento que, antes de reduzir o quantum das importações, altera sua pauta, mudando o perfil do setor externo. Este deixa de ser o responsável último pela dinâmica econômica — pela determinação da renda e do emprego, como no modelo agroexportador —, mas passa a ter uma nova função crucial, a de garantir o fluxo de divisas necessário para importar outros produtos, desta vez os necessários a garantir a produção industrial.

As medidas tomadas entre a década de 1930 e 1940 serviram para formar a base de expansão industrial. Por conseguinte, na década de 1950, o governo novamente interveio, criando o Plano de Metas, que possibilitou a formação da estrutura da produção industrial por meio do capital estrangeiro e do próprio estado.

O Plano de Metas, que estimulou o processo de substituição de importações, vinha constituir uma base madura da economia industrial, inserindo o setor de bens de consumo duráveis à indústria pesada.

Podemos citar cinco setores abrangidos pelo Plano de Metas: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. O avanço da estrutura produtiva, por meio do processo de substituição de importação de insumos básicos, formou um pilar para o crescimento industrial das décadas seguintes, chamado “ciclo expansivo”.

Embora o Plano de Metas tenha ampliado e diversificado a indústria brasileira na década de 1950, a próxima década chegou cheia de mudanças, tanto políticas como econômicas, e, assim, a década de 1960 passou de crise para “milagre”. Na virada dos anos 1950 para os 1960, foram implantadas no Brasil empresas estrangeiras, conhecidas como multinacionais, que foram atraídas pela facilidade de entrada de capital internacional no país, e influenciadas pelo desenvolvimento industrial do governo da época. As multinacionais abandonaram os setores tradicionais da indústria leve e os setores públicos, e se expandiram em novos setores da indústria de base, de transformação e de bens duráveis. Assim como esse fato, vários setores se ampliaram para atender o consumo, a classe média e a burguesia. Assim sendo, a fase industrial pagou um alto preço, e uma grande crise econômica – procedente do crescimento da dívida externa e da dependência financeira e tecnológica externa – ficou marcada. A crise econômica dessa época acabou ocasionando uma redução nos investimentos, além de uma diminuição da renda brasileira. Ela foi recessiva e visou combater a inflação herdada da gestão anterior.

Ao final da década de 1960, a indústria brasileira passou por um novo ciclo rápido de crescimento e de mudanças estruturais. A primeira fase do “ciclo expansivo” ou milagre econômico (1968-1973) obteve um crescimento da produção industrial, apoiada na capacidade instalada de anos anteriores e na formação de capital industrial subsidiado pelo Estado, com isenção de tarifa aduaneira, subsídios em financiamentos de longo prazo e incentivos fiscais. Os produtos manufaturados expandiram no mercado interno porque houve uma política macroeconômica: essa política realizou um amplo programa de investimentos públicos em estrutura econômica e social, como, por exemplo, grande aumento de construções residenciais, recuperação do consumo, aumento na diversificação de exportações,

criação de novos incentivos fiscais e financeiros à exportação. Para Suzigan (1988), os bens de consumo duráveis é que conduziam o auge do crescimento industrial no ciclo expansivo.

Entre os anos de 1972 e 1974, o governo estabeleceu o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O plano visava preparar uma infraestrutura para o desenvolvimento industrial dos anos seguintes, com prioridades para o setor de transportes e de comunicações. Tais investimentos tinham em vista a integração e o desenvolvimento nacional e regional, voltado para uma competitividade maior e um dinamismo na economia. Porém, no final de 1973, a crise do petróleo veio tornar a situação diferente, causando aumento da inflação interna, queda na produção industrial, déficit na balança comercial e endividamento externo, o que resultou em acumulação de capital e diversificação da estrutura industrial. O governo deu continuidade ao processo de desenvolvimento lançado, introduzindo um segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como objetivo principal superar a crise sem sacrificar o desenvolvimento.

[...] o II PND propunha uma “fuga para a frente”, assumindo os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa, mas construindo uma estrutura indústria avançada que permitiria superar conjuntamente a crise e o subdesenvolvimento. Em vez de um ajuste econômico recessivo, conforme aconselharia a sabedoria econômica convencional, o II PND propunha uma transformação estrutural. (REGO; MARQUES, 2010, p. 133)

Desse modo, após o milagre econômico, o Estado passou por uma nova fase de investimentos nas indústrias de insumos básicos e bens de capital, com o objetivo de complementar a estrutura industrial brasileira e ter capacidade de exportar alguns insumos básicos.

A fase econômica na qual foi inserido o II PND não apresentava boas condições. Segundo Mantega (1997), havia uma deficiência estrutural na economia brasileira, em especial, nos setores de bens intermediários e de capital. Tal conjuntura foi acentuada no período do “milagre econômico”, juntamente com a “crise do petróleo”, que, ao aumentarem o consumo, geraram escassez de matéria-prima para produção. Com baixas taxas de juros, o governo financiava os investimentos de bens de capital e na produção de petróleo, dando, então, suporte para o desenvolvimento industrial, cumprido pelas empresas estatais e nacionais.

O II PND consistia em uma mudança nas prioridades do processo de industrialização que, até então, estava centrado no setor de bens de consumo duráveis, em benefício de um crescimento para constituir um setor produtor de meios de produção.

Ainda que a ação do governo fosse decisiva para formar e fortalecer uma estrutura industrial, as políticas que foram exercidas apresentavam deficiências. Essas deficiências intensificaram o atraso tecnológico e mantiveram a indústria pouco competitiva e com níveis muito baixos de eficiência. Segundo Suzigan (1988, p. 10), “[...] as políticas de industrialização implementadas desde os anos 50 foram predominantemente defensivas e se caracterizaram por um protecionismo exagerado e permanente”, o que resultou, deste modo, em uma indústria ineficiente, sem competitividade interna e externa, e com baixíssimos termos tecnológicos. O II PND praticamente fechou a matriz industrial brasileira, mas faltou internalizar o progresso tecnológico, fazendo com que o país permanecesse com a dependência externa.

A partir de 1980, a economia brasileira passou por muitas dificuldades, problemas internos e vários agravamentos das políticas externas. O crescimento estava desacelerando, porque o país tinha uma grande dependência com o exterior, tornando-se suscetível às instabilidades econômicas externas. Desejando manter seu crescimento, o país utilizou o capital externo, o que, por consequência, agravou seu quadro econômico. Com isso, pode-se perceber que a elevação da dívida externa e interna e o salto do déficit em conta corrente ocasionaram a recessão, queda do PIB, redução das reservas cambiais e elevação da inflação. O resultado foi uma recessão da economia com fortes impactos na indústria brasileira.

Segundo Brum (2002), o Brasil passou por uma terceira grande crise, procedente de muitos fatores desvantajosos internos e externos. Ele também ressalta que, com a piora do estado econômico brasileiro, o II PND não foi priorizado, e sim a resolução da crise. Portanto, o governo teve que aceitar o fato de que o país não podia mais crescer e manter o controle inflacionário como nas décadas anteriores.

Com o aumento da dívida externa, a política de comércio exterior estava apontada em obter superávits comerciais, com estímulo às exportações e ao estreitamento das importações.

O estímulo às exportações ocasionou um avanço na qualidade das exportações brasileiras, enquanto que o estreitamento das importações gerou várias medidas não tarifárias reguladas pela Carteira de Comércio Exterior.

A falta de investimentos na década de 1980 mostrava níveis baixos de produtividade, pois havia um sistema educacional baixo, que acarretava precariedade de serviços, pouco treinamento profissional especializado, dificuldade dos trabalhadores em trabalhar com tecnologias avançadas e uma infraestrutura econômica precária.

De acordo com Rego e Marques (2010), o grande desequilíbrio presente na década de 1980 deixou as empresas brasileiras deparadas com um retardo tecnológico, se comparado com empresas internacionais. Esse retardo tecnológico foi visto tanto em máquinas e equipamentos quanto em técnicas relacionadas ao capital-trabalho.

Em 1984, houve a melhoria da produção industrial, baseada no aumento das exportações de manufaturas. Tal melhoria adveio da recuperação da economia norte-americana, juntamente com um acréscimo das exportações e do crescimento da renda agrícola.

Porém, em 1985, após o fim do governo militar, constatou-se a existência de uma grande crise; no entanto, suas causas eram incertas e parcialmente compreendidas pela crise da dívida externa da década de 1980. A questão fundamental, a partir de então, era controlar a inflação. De 1985 a 1994, houve uma saga dos planos heterodoxos para combater a inflação, os quais trouxeram outros elementos diferentes dos princípios – nesse caso, a inflação inercial e o congelamento de preços. A cada novo plano instaurado, incorporavam-se novas características e aperfeiçoavam-se os planos anteriores. Esse período também ficou marcado por grandes oscilações nas taxas de inflação, que só foram controladas em 1994, com o Plano Real, depois de passar pelos planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Mas, em um contexto geral, a década de 1980 representou um dos piores períodos passados pela economia brasileira (REGO; MARQUES, 2010).

De forma resumida, até o início da década de 1980, o desenvolvimento industrial brasileiro foi bem estimulado, formando um alicerce para produção nacional.

Ao longo de 1980, houve uma redução da participação da indústria na economia brasileira. Essa redução era condicionada pela rentabilidade alta de produção, que, assim, criou indústrias ultrapassadas, com muita ineficiência e com poucas tecnologias, em virtude do protecionismo e da falta de exigências de produção.

Na década de 1980, houve um retrocesso industrial devido à dificuldade em conseguir crédito no mercado financeiro internacional, juntamente com as más situações econômicas em que o Brasil se encontrava. Posteriormente, em 1990, a reestruturação produtiva e a abertura econômica comercial aparentavam ter deixado de lado a indústria brasileira. Por consequência, surgiu a questão de, a partir da década de 1990, existir uma possível desindustrialização brasileira.

2.2 Industrialização e desindustrialização, uma abordagem conceitual

2.2.1 Processo de industrialização

A industrialização configura-se como um processo em que a indústria surge como o setor dinâmico de uma economia, que tende a evoluir, gerar um número maior de empregos e agregar mais valor ao produto total. A indústria surgiu na Europa, e, lá, passou a ser a economia mais importante, sobressaltando a agricultura e o comércio, logo, tornando-se o setor mais gerador de empregos e produtividade.

Bragwati (1975) expressa que o caminho para a industrialização é uma criação, uma modernidade, um lugar onde serão obtidos desenvolvimentos tecnológicos, afinal, todo o conjunto de um processo industrial é o que se faz necessário para alcançar o progresso.

No Brasil, a fase da industrialização iniciou, definitivamente, em 1930. Essa industrialização ficou conhecida como o Processo de Substituição de Importações (PSI), e, até a década de 1970, gerou uma transformação na estrutura produtiva brasileira, levando o produto agregado da indústria a superar a agricultura.

Conforme Tavares (1986), se por industrialização compreendemos a inserção de um setor de produção industrial, este surge bem antes de 1930 no Brasil. Mas, se esse conceito for adotado como uma formação de forças produtivas, principalmente capitalistas, somente a partir de 1950 pode ser constatada, através da entrada do

Estado e de empresas internacionais que foram capazes de garantir a vantagem do capital no processo de acumulação. Da crise até começo da década de 1950, segundo a autora, é o único que pode ser chamado de PSI, porque, com a redução da capacidade de importar, alcançou-se um grande aumento da produção industrial.

Amsden (1989), em seus estudos, relata que a industrialização está relacionada à criação de muitos grupos empresariais domésticos que contam com a mudança nos investimentos para formar novas formas de competitividade. Com uma grande concorrência instaurada no setor industrial, as empresas precisam produzir um alto nível de produtos para conseguirem se manter competitivas no mercado.

A importância da estrutura industrial em um país consiste no fato de que são em suas atividades que se manifestam os ganhos de produtividade que são dispersos por todas as outras atividades econômicas, não só da estrutura industrial como também do setor primário, de serviços e de comércio.

Para Lessa (2007), industrialização é um processo de desenvolvimento produtivo em uma economia. Neste processo, novas atividades surgem e ficam gradativamente mais profundas e complicadas. O autor ressalta ainda que a economia industrializada tem um conjunto de empresas industriais que visam à produção de bens de consumo, e que sustentam o segmento de indústrias voltado à produção de equipamentos, com o objetivo de ampliar e inovar as atividades voltadas para o mercado interno.

O desenvolvimento industrial em certa região é conhecido como o processo de industrialização, isto é, o processo de crescimento da atividade industrial. O processo de industrialização acontece quando o setor público favorece a instalação de indústrias em certo local. Certa indústria instalada traz, para a localidade, ofertas de emprego que tendem a ampliar o consumo. É notável que localidades com oferta de matéria-prima, transporte, comunicação, entre outros benefícios, são mais propícias para a instalação de indústrias.

O processo de desenvolvimento industrial tem como objetivo substituir os modos de produção para aumentar os lucros. Essa troca acontece quando substituímos o trabalho de seres humanos por máquinas, que conseguem produzir em alta escala e em série. Também consiste em fabricar um produto que será vendido após passar por um sistema de produção na fábrica, que transforma a matéria-prima no produto final.

Este produto passa por um número variado de processos, como: trabalho humano, máquinas e outros fatores, até chegar à mercadoria pronta para ser consumida. Resumidamente, é na indústria que se prospera o desenvolvimento tecnológico, a criação de empregos e, conseqüentemente, a geração de renda na economia.

A indústria utiliza muitos insumos para a produção, por isso, o avanço do setor industrial está diretamente ligado ao crescimento do setor primário, que fornece os insumos básicos de produção, e, também, ao crescimento do setor terciário, pois, no processo de produção, a indústria também se utiliza dele.

Para que se realize a industrialização, é preciso ter ações e estratégias que incentivem a produção, o emprego, a competitividade e a inovação. Isto é conhecido como política industrial, que auxilia no entendimento do processo de industrialização.

Não parece haver dúvida de que a industrialização acelerada do Brasil entre o pós-guerra e o final dos anos 1970 foi impulsionada por políticas industriais. Foi nesse período que a industrialização entrou de fato na agenda política — e política econômica. (SUZIGAN; FURTADO, 2006, p. 169)

Almeida (2002) caracteriza a política industrial como a união de ações, compreendida pelo setor público e pelo privado, que planeja a competitividade industrial. Essa política tem por objetivo estimular o crescimento econômico e o aumento do emprego no setor industrial. O autor ainda ressalta que, para o desenvolvimento, é inevitável a existência de um método para fortificar a indústria.

Já Gadelha (2001), conceitua política industrial como uma intervenção do Estado, ligado à indústria e à inovação de empresas, considerando algumas condições de um cenário econômico, político, dentre outros que não participam do contexto geral de política industrial, e, também, que sua conexão estabeleça sua efetividade.

Rodrik (2004) apud Almeida (2013) entende que empresários não têm real conhecimento das mercadorias que economicamente podem ser produzidas no mercado doméstico. Relaciona, assim, a política industrial como a descoberta de uma mercadoria que deve ser produzida eficientemente em uma localidade.

Podemos definir, segundo Gadelha (2001), que a política industrial é a relação entre a concorrência, o progresso técnico e a ação do Estado. Através da ação do Estado no mercado, podem-se influenciar as empresas privadas a abordarem estratégias que desencadeiem novas tecnologias ou retardem a inserção dessas tecnologias no mercado. Além disso, podemos considerar que todas as políticas, desenvolvidas de forma sistemática, tornam-se vertentes da política industrial, uma vez que interferem, peculiarmente, em todos os ambientes de concorrência, nos quais as empresas estão inseridas. Desta forma, condicionam que os processos de investimento em tecnologias sejam mais ou, menos acelerados.

Ferraz, Paula e Kupfer (2013) enfatizam bem esse conceito de política industrial. Para eles, a política industrial precisa ser entendida como o conjunto de estímulos relacionado a ações do poder público, que podem influenciar na alocação de recursos interindustriais, indústrias da mesma atuação, e intraindustrial, ou seja, indústrias de setores diferentes. Nesse caso, almeja-se aumentar a produtividade e a competitividade das empresas.

A política industrial tem o propósito de originar condições que estimulem uma situação concorrencial entre as indústrias e auxilie para um bem-estar social. Ao longo do histórico da industrialização brasileira, podemos perceber a existência de políticas industriais com objetivos técnicos do setor público e privado, que desejavam alcançar um avanço industrial.

2.2.2 Processo de desindustrialização natural ou positiva

Em vários países, no início da década de 1920, houve uma troca de economias baseadas em agricultura para economias fundamentadas em indústrias. Singh (1977, p.114) apud Morceiro (2012) relata que essa troca ficou conhecida como “industrialização” ao invés de “desruralização”. Recentemente, alguns países passaram por trocas de economias baseadas em indústrias para economias fortemente fundamentadas no setor de serviços. E Singh (1977, p.114) apud Morceiro (2012) complementa que à passagem do setor industrial para um setor de serviços não se aplica a palavra “serviçolização”, e sim, a expressão “desindustrialização”.

A desindustrialização se constitui no propósito de explicar uma passagem do emprego do setor industrial para compor o setor de serviços ao longo do desenvolvimento da economia. O entendimento do processo de desindustrialização é importante, pois podemos observar que os conceitos ainda são bastante amplos e vários autores ressaltam ideias divergentes sobre o tema. Alguns autores acreditam que existem grandes problemas ao acontecer um processo de desindustrialização, enquanto outros argumentam que a desindustrialização é um processo natural e positivo para a economia. Por isso, serão apresentadas ambas as ideias, positiva e negativa.

Com concepção em um processo natural, evidenciando que desindustrialização é uma decorrência advinda de um avanço tecnológico, podemos citar Clark (1957), que expressa que o setor mais significativo para o PIB de cada país vem de três tipos de renda. A explicação dos tipos de renda consiste na afirmação de que países com baixa renda per capita têm o seu produto procedente do setor primário. Em seguida, conforme for aumentando a renda per capita da população, o consumo fica mais diversificado, e há uma diminuição do consumo em bens oriundos do setor primário. Devido à diversificação de consumo, temos um aumento de compras de produtos industriais, e, então, o setor mais significativo da economia passa a ser o industrial. Por último, o mesmo acontece naturalmente com o setor de serviços. O nível de renda per capita tende a ser ainda mais elevado e o setor mais significativo passa a ser o de serviços, já que existe uma redução do PIB e do emprego oriundo do setor industrial, e, paralelamente, há um aumento no setor de serviços.

Clark (1957) durante o desenvolvimento econômico, associou as mudanças na composição da renda, basicamente, às mudanças nas preferências da demanda. Podemos relacionar essa concepção de níveis de renda do autor com a Lei de Engel, a qual infere que, quando a renda cresce, os interesses e gostos mudam, e a parcela gasta com alimentos diminui. De acordo com o avanço do desenvolvimento, verifica-se o mesmo processo, pois quando a renda aumenta, os interesses deixam de ser em produtos industriais e passam a ser em serviços.

Rowthorn e Wells (1987) apresentam a desindustrialização como uma alteração social e econômica gerada através da redução da capacidade industrial em um país, isto é, um efeito natural do dinamismo industrial. Assim como Clark, esses autores também julgavam importantes as alterações na demanda para explicar a desindustrialização, mas acrescentavam a produtividade como influência

para esse processo. Em economias avançadas, a maior parte da força de trabalho está empregada na indústria e nos serviços; logo, o desenvolvimento da presença do emprego consiste no rumo que a produção e a produtividade dos dois setores levam.

Rowthorn e Ramaswamy (1999) também discutiram o processo natural e definiram o conceito clássico de desindustrialização como a diminuição contínua da presença do emprego industrial no total de empregos de um país.

Baseado nesse conceito, Oreiro e Feijó (2010) argumentam que, em 1970, os países conhecidos como desenvolvidos passaram por um forte processo de desindustrialização. Já na década de 1990, os países da América Latina passaram pelo mesmo processo. Os mesmos autores ainda citam que Tregenna (2009) ampliou o conceito “clássico” de desindustrialização, e adicionou, junto à diminuição do emprego industrial, a redução do valor adicionado da indústria no PIB. Ou seja, o emprego e a riqueza gerados pela entidade diminuem, simultaneamente, ao emprego total e PIB do país.

Em síntese, se analisar a desindustrialização pela variável de emprego, a queda desta variável no setor industrial reflete uma diminuição do valor adicionado à manufatura do PIB.

Os autores acima mencionados também explicam duas transformações: a primeira, pela demanda, na qual a quantidade da renda investida em alimentos diminui à medida que a renda aumenta. E a segunda, pela oferta, analisando o rápido crescimento da produtividade, inicialmente pela agricultura, depois pela indústria. Esses fatores atingem a oferta e a demanda, e geram uma reorientação do emprego da agricultura, no seu início, para a indústria, e, posteriormente da indústria, no seu desenvolvimento para os serviços.

Recentemente, Nassif (2008) destacou que desindustrialização não é algo negativo para a economia de um país. Ele relacionou o processo tanto ao crescimento econômico em muito tempo como ao bem-estar da sociedade. Por isso, a desindustrialização é uma propensão natural, e deve ser compreendida como um sintoma que um país concede para dizer que sua economia está desenvolvida.

Essa visão positiva, que considera o processo de desindustrialização natural, não causa maiores consequências para a sociedade. E ainda pondera que os países que passam por isso têm seu setor industrial diversificado e tecnológico.

O fato do setor de serviços passarem a se tornar mais importante, a partir de certo momento, é apenas decorrência de um processo natural das sociedades.

2.2.3 Processo de desindustrialização precoce ou negativa

No item anterior, buscou-se apresentar a fundamentação teórica do processo de desindustrialização natural ou positiva, demonstrando que se trata de uma observação econômica de importantes autores, que argumentavam amadurecimento e desenvolvimento de alguns países. Apesar disso, o processo de desindustrialização não acontece somente quando países já estão maduros, ou seja, com altos níveis de renda per capita. Mas também pode acontecer precocemente, ocasionando vários perigos para as economias, principalmente para as que estão em desenvolvimento e ainda não completaram todo o seu processo de industrialização.

Quando a desindustrialização acontece precocemente, ela ocasiona uma série de fatores negativos para a economia de um país ou região, por isso, alguns autores consideram-na negativa – ou precoce –, como se verá a seguir.

A indústria exerce um grande papel para o crescimento econômico de um país. O autor Kaldor (1966), levantou algumas hipóteses de uma mudança nos fatores produtivos dos setores com resultados decrescentes para setores com resultados crescentes, no qual se criam economias dinâmicas e de escala. O setor secundário aponta melhor capacidade em demonstrar estas características, de forma que o aumento deste setor é indispensável para o crescimento e desenvolvimento estrutural de um país. As “leis de Kaldor” ficaram conhecidas como o crescimento de economias capitalistas.

A primeira lei de Kaldor aponta a indústria como principal fator de crescimento, devido seu dinamismo e capacidade de propagar novas fontes de inovação. O autor ressalta que há uma relação positiva de crescimento da indústria e produto agregado, pois, quanto mais elevado estiver o crescimento da indústria, maior será o crescimento do produto nacional.

A segunda lei de Kaldor traz uma relação entre produtividade da indústria e produto industrial. Esta relação chamada de causalidade pelo autor, diz respeito a, quanto maior a taxa de produtividade e da taxa de crescimento da produção, maior será o aumento de produtividade em setores mais dinâmicos da economia.

A terceira lei de Kaldor faz a relação, entre a taxa de exportação e o crescimento do produto. Esta já em economias mais avançadas trata-se do crescimento do produto estimulado pelo crescimento das exportações.

E a quarta lei de Kaldor, indica que o crescimento pode ser freado por restrições externas, quer dizer, um país ter capacidade de manter suas exportações competitivas, o que depende de uma maior produtividade no setor de manufatureiro. O modo como o autor descreve seu modelo retrata o estado em seu tempo. Suas convicções consideram um constante processo de transformação industrial, possibilitando mudanças na estrutura produtiva.

Utilizando o PIB para visualizar a participação da indústria, pode se perceber que os retornos crescentes na indústria fazem com que a produtividade cresça à medida que o produto aumente que, segundo Kaldor, seria a verdadeira causa associada entre o crescimento da produtividade e o crescimento da produção. A taxa de crescimento econômico pode estar ligada ao tamanho do setor manufatureiro na economia de um país. Pois, então, as economias que apresentarem grande concentração de emprego no setor manufatureiro diante aos demais setores, apresentariam maiores aumentos no PIB.

Caso a mudança na composição setorial do valor adicionado e do emprego, na fase manufatureira, acontecer precocemente em países em desenvolvimento, isto é, se o nível de renda per capita, em relação à proporção da indústria no PIB, for menor aos verificados em países desenvolvidos, aponta-se a causa para que uma desindustrialização precoce esteja presente.

A desindustrialização pode ocorrer em um país, antes mesmo de ele ter sua estrutura produtiva modernizada e diversificada. Não conseguindo atingir o ponto de maturidade das estruturas industriais, fazendo com que se acabe com as possibilidades de desenvolvimento econômico que são possíveis pelo processo de industrialização.

A renda per capita tem uma relação direta com o emprego industrial, no qual configuram o processo de industrialização. De acordo com que a industrialização progride, a relação do emprego industrial com a renda per capita diminui até chegar ao ponto máximo do “U” invertido. Logo, há uma estabilidade do emprego por um período de tempo, mas quando a renda per capita atinge o nível de renda de um país desenvolvido, o emprego industrial é reduzido, concedendo espaço para outros setores, principalmente o de serviços. Assim, temos o processo de desindustrialização natural. Todavia, o emprego industrial pode ser diminuído antes que o ponto máximo do “U” invertido seja completado, ou seja, antes que a renda per capita atinja níveis de um país desenvolvido, ocorrendo assim a desindustrialização precoce.

A desindustrialização precoce é causada por diversos fatores, dentre eles: relocação da mão de obra da indústria para o setor de serviços; elasticidade de demanda da indústria; produtividade; grande entrada de produtos importados com baixos preços; investimento; doença holandesa².

A desindustrialização antecipada interrompe o processo de industrialização de um país ou de uma região. Isso ocasiona a volta da economia para setores primários, além da diminuição do desenvolvimento adequado pelo setor industrial.

Uma nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – (2011) diz que a definição da desindustrialização precoce ou negativa ocorre no cenário que prejudica o crescimento da economia e reduz a qualidade de vida dos seres humanos. O atraso tecnológico e a restrição externa são dificuldades encontradas por países em que o processo de industrialização ainda não completou as etapas de produtividade e competitividade. E, também, nos quais as rendas ainda são baixas, em relação aos modelos internacionais de países que completaram sua fase de industrialização.

Com isso, verifica-se que o desenvolvimento econômico pode ser gravemente afetado quando a indústria não está completamente desenvolvida, tanto em produtividade, com a redução da participação do valor agregado, quanto em

² A chamada “doença holandesa”, segundo Bresser-Pereira; Marconi e Oreiro (2009) é um processo de descoberta de recursos naturais que faz um país realocar recursos na economia e a rentabilidade de um setor é comprimida decorrente de um *boom* ocorrido em determinadas indústrias produtoras de bens ou serviços comercializados.

competitividade, na geração de emprego. Assim, prejudica a economia no contexto internacional e atrapalha a criação de novas tecnologias.

A DIEESE (2011) ainda argumenta que existem alguns fatos que caminham ao processo de desindustrialização, como: intensa valorização cambial, taxas de juros altas, estrutura tributária ineficiente, falha de infraestrutura, vantagem em relação à produção de bens primários, além da falta de acumulação de poupança, de educação formal e de mão de obra qualificada. Além do mais, esses pontos elencados têm uma forte relação, pois as taxas de juros altas levam a uma intensa valorização cambial e falhas na infraestrutura; a falta de poupança contribui para a redução de inversões financeiras; e a estrutura tributária ineficiente eleva os custos dos investimentos que dificultam os projetos industriais. Se esses argumentos não acontecessem, haveria maior dinâmica e crescimento para a economia.

Squeff (2012) considera que o processo de desindustrialização é negativo quando acontece em países que ainda estão em desenvolvimento, e, ainda, quando o nível de renda per capita está muito abaixo de países desenvolvidos. Nesse caso, a indústria diminui a participação no PIB.

Há fatores externos que também podem desencadear a desindustrialização. Isso ocorre quando se referem ao comércio internacional, direcionando a economia para exportação de *commodities*; ou melhor, quando uma economia industrializada passa a exportar mais produtos primários, causando uma reprimarização das exportações. Isso pode ser circunstância de uma “doença holandesa”, que significa uma desindustrialização ocasionada pela apreciação do câmbio, resultante das descobertas de recursos naturais escassos em alguma localidade.

Para Palma (2005) apud Nassif (2008), a “doença holandesa” que chegou ao Brasil teria sido decorrente da troca do velho regime de substituição de importação para a liberalização comercial e financeira em 1990, que teve grandes mudanças institucionais. As novas políticas econômicas promoveram não só a perda de participação da indústria no PIB, como um retorno ao padrão baseado em produtos intensivos em recursos naturais.

Bresser-Pereira e Marconi (2008) afirmam que, se o país não adotar políticas de neutralização, a taxa de câmbio iria dificultar os setores de comércio. Assim, as empresas podem se tornar uma indústria de maquilária, pois, nesse caso, aumentam a participação de bens importados na sua produção, com intuito de reduzir os custos. Sendo assim, podem se tornar importadoras, para reexportar ou

comercializar esses bens no mercado interno. Nesse caso, seria caracterizada uma desindustrialização, pois o valor adicionado da indústria iria diminuir, já que os bens com grande número de tecnologia seriam importados.

Assim sendo, seja qual for a causa, dentre as várias citadas acima, percebe-se que vão causar uma mudança regressiva na economia em direção à agricultura e ao setor de serviços. A redução da participação do emprego industrial e a participação do setor manufatureiro ocorre de forma precoce, tanto por motivos internos quanto externos, ocasionando grandes danos à economia, no que se refere a busca do desenvolvimento econômico.

2.3 O processo de desindustrialização na economia brasileira

O processo de desindustrialização tem várias interpretações e métodos que podem ser discutidos. No caso do Brasil não é diferente, pois não há um consenso entre autores, pois alguns relatam a existência do processo de desindustrialização e outros não. Porém, não há como deixar de relevar a grande importância de uma possível existência de uma desindustrialização precoce, que possa prejudicar o desenvolvimento e o futuro econômico do país.

Somente após a década de 2000, que os debates sobre a desindustrialização brasileira começaram a existir. Anteriormente a essa data, o tema era considerado uma consequência da reestruturação industrial que aconteceu na economia, depois das medidas liberalizantes do final da década de 1980. Atualmente, este tema ganhou mais espaço e importância no meio acadêmico devido aos diagnósticos preocupantes.

“A década de 1980 foi marcada pela estagnação do nível de atividade, por profundos desequilíbrios macroeconômicos e, em especial, pela hiperinflação virtual” (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999, p. 14). A crise da dívida externa e a recessão marcaram o cenário brasileiro em 1980. Havia uma inflação elevadíssima, em cerca de três dígitos, e, também, problemas na balança comercial que eram influenciados pelo crescimento gerado pelo “milagre econômico”. O segundo choque do petróleo, em 1979, colaborou para uma grande queda nas relações de troca. Uma elevada taxa de juros na economia mundial acelerou para a crise da dívida da América Latina. Com isso, o Brasil teve taxas de crescimento negativas. A partir de 1981, o foco deixou de ser o ajuste externo e passou a ser o controle da absorção interna,

mais precisamente, um modelo de ajuste recessivo. As ações feitas neste período foram maiores e mais duradouras do que seus benefícios.

Durante esse cenário, foram criados cinco planos de estabilização da inflação, que fracassaram e contribuíram para uma maior instabilidade na economia, acentuando a aceleração da inflação. Giambiagi e Moreira (1999) ainda ressaltam que além da estagnação da indústria, tínhamos, neste período, um atraso tecnológico nesse setor. Na metade da década, houve uma grande redução de investimento no país. As contas do setor público caíram em consequência do baixo crescimento econômico e de uma política expansionista fiscal.

Na década perdida, como ficaram conhecidos os anos 1980, também ficou reconhecido com o grande enfraquecimento da industrialização por meio da PSI. Com todos esses fatos, somados ao déficit público crescente e uma dificuldade do Estado em certificar a estabilidade e serviços sociais básicos – a redefinição do papel do estado na economia – viriam surgir, no final de 1980 e início da próxima década, as medidas liberalizantes.

Dentre essa redefinição do estado ocorrida no ambiente econômico e institucional, é que surgiram essas medidas liberalizantes, através da abertura comercial financeira. Segundo Yano e Monteiro (2008), o objetivo das medidas liberalizantes era retomar o crescimento da economia, de modo que a crise de 1980 fosse superada.

A respeito das medidas liberalizantes, Rego e Marques (2010, p. 264) destacam que “Em 1988, o Brasil iniciava sua reforma comercial com a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre suas importações e uma proposta de redução tarifária”. O início da década de 1990 foi notado pelas novas políticas estratégicas com reformas estruturais, com foco no mercado, e influenciado pelo “Consenso de Washington”, que nada mais é do que medidas que visam o desenvolvimento. Essas medidas adotadas compreenderam várias iniciativas que buscavam aumentar a produtividade da economia e melhorar o crescimento econômico. As propostas induziam a disciplina fiscal, a liberalização comercial e financeira e uma modificação da participação do estado para regulador e fiscal das atividades econômicas.

Em relação à abertura da economia, os objetivos pretendidos eram: criar um ambiente mais competitivo para melhorar a alocação dos recursos entre os setores; incentivar a produtividade e especialização da produção; aumentar a criação,

importação e propagação da tecnologia; e aumentar a taxa de crescimento do produto, por meio de restrição externa e ampliação dos mercados internos e externos (SILBER, 2002).

A abertura comercial e financeira levou a reestruturação industrial e trouxe vários outros tipos de produtos e serviços para os consumidores, com mais tecnologia e melhores preços. Gomes (2009) assegura que a diminuição das tarifas levou as empresas a procurarem melhorias na qualidade de seus produtos. Mas, assim como as empresas foram à procura de modernização e organização do trabalho, muitas delas não aguentaram a concorrência, o que acabou causando muitos desempregos e até falências.

O Brasil passou por significativas reformas nos anos 90, alterando, inclusive, a estratégia de desenvolvimento que vinha sendo seguida de forma praticamente ininterrupta desde a década de 1930, calcada na força do papel econômico de um Estado produtor, indutor e regulador que atuava no marco de uma economia fechada e pouco competitiva (BONELLI; PESSOA, 2010, p. 55).

O processo de desindustrialização no Brasil teria iniciado por consequência do antigo regime de substituição de importações e pela liberalização comercial financeira, em 1990, o que trouxe muitas mudanças institucionais. Por esses motivos, serão apresentadas duas visões sobre o processo de desindustrialização no Brasil, além de serem tratados os principais argumentos e os indicadores que os autores utilizaram para explicar as suas visões. A primeira visão a ser apresentada defende a ideia de que o Brasil está passando por um processo de desindustrialização e que este processo pode comprometer intensamente o processo de desenvolvimento econômico do país. Posteriormente, serão apresentados diversos outros autores que não concordam que o país está se desindustrializando. Isto permitiu que tivéssemos duas visões e ideias distintas do processo e, mais tarde pudéssemos definir este fenômeno no Brasil. Os autores que serão retratados logo abaixo investigaram dados da economia e da indústria brasileira e perceberam que o processo de desindustrialização é evidente e preocupante.

Para Marquetti (2002), em seus estudos sobre progresso técnico, distribuição e crescimento da economia brasileira, a política macroeconômica durante a década de 1990 não incentivou investimentos no país, e isto criou um nível menor de

crescimento, visto que, havia grandes possibilidades pelas portas abertas no novo dinamismo de progresso técnico. Portanto, houve uma grande diferença nas taxas de crescimento da produtividade do trabalho, resultante da redução da importância do setor industrial na composição produtiva da economia brasileira. Nessa perspectiva, o autor evidencia a desindustrialização resultante do baixo investimento na economia brasileira, em especial no setor industrial. Ele ainda apontou resultados negativos que o país sofreu com o processo de desindustrialização, como: diminuição da produtividade agregada ao deslocar trabalho para economias com menor produtividade, e, também, a diminuição do setor industrial em manter o crescimento da produtividade agregada do trabalho.

Feijó, Carvalho e Almeida (2005) verificam o processo de desindustrialização no Brasil não como uma totalidade, mas como um processo “relativo”. A participação da indústria no PIB caiu já na década de 1980, com a crise inflacionária e as políticas de contenção, e teve continuidade na próxima década, como resultado das políticas que favoreceram a abertura econômica com diversas falhas e uma sobrevalorização da moeda nacional; e, ainda, já que a redução da participação da indústria no PIB só começou a cessar com a desvalorização do real em 1999. Os autores verificam que, com esses acontecimentos, poderia se afirmar a caracterização de uma desindustrialização precoce, mas a indústria continuou com uma vasta diversificação e conservou setores tecnológicos, juntamente com a capacidade de ampliar a produtividade e o aumento da exportação.

A indústria se revela, então, com uma capacidade de conservar requisitos para se reerguer e reintegrar, quase que por inteiro, no rumo corrente da industrialização dos países de maior eficácia industrial. Os autores ainda acrescentam que a desindustrialização é evidente, apesar de relativa, e destacam três pontos difíceis de refutar: a inferioridade do crescimento da indústria brasileira em relação a outros países emergentes; a indústria, que foi a que menos cresceu relacionada aos demais setores econômicos; e os setores intensivos em recursos naturais, que ganharam força na composição da manufatura.

Morceiro (2012) explica o indicador muito utilizado para medir a desindustrialização: a divisão do valor da transformação industrial (VTI) pelo valor bruto da produção industrial (VBPI). Esta divisão indica que, quanto menor a relação, mais perto de ser “maquilador” o setor está, ou seja, um montador de

produtos baseado em componentes importados sem gerar valor. Este indicador é ignorado por autores que desconsideram o processo de desindustrialização.

No ano de 2007, Feijó realizou mais um estudo sobre a desindustrialização no Brasil e atualizou o que havia sido feito anteriormente. Nesse estudo, a autora lista duas causas de um aumento na desindustrialização pela perspectiva da indústria no geral, no período de 1996 a 2004. O primeiro é a diminuição da indústria na relação VTI/VBPI. Isto expressa o quanto a produção nacional é grande em valor agregado criado no país, ou seja, maior desindustrialização quando o conteúdo nacional da produção interna e a relação forem menores. E o segundo revela que, aproximadamente, apenas 25% dos segmentos industriais tiveram elevação na relação apresentada acima, considerando que indústrias exportadoras também tiveram queda. A autora avalia, então, que a abertura econômica não levou a uma regressão tecnológica, nem favoreceu uma melhoria em processos produtivos mais sofisticados, mas o câmbio valorizado ocasionou uma diminuição no custo de bens intermediários a favor do setor industrial, que assim passou por um processo de desindustrialização. Da mesma forma que para Marquetti (2002), a autora acredita que, para uma expansão econômica, o país necessita de um aumento na taxa de investimento. Tal aumento também deve ser aplicado em inovação tecnológica, para que o país melhore seu padrão de crescimento.

Com referência à apreciação da taxa de câmbio, também se pode citar Bresser-Pereira e Marconi (2008), que justificam as vantagens comparativas que o Brasil tem na produção de *commodities* como provocadora de uma “doença holandesa”. Esta vantagem ocasionou resultados negativos a partir da década de 1990, com a abertura comercial, pois, até então, esta “doença holandesa” era neutralizada com medidas de controles tarifários, cambiais e alfandegários que o país utilizava desde a década de 1930. Para eles, a desindustrialização está associada à teoria da “doença holandesa”, já que, sempre que um país tem recursos baratos, deixa de sustentar as medidas que a neutralizem. A desindustrialização, nesse caso, é perceptível quando se aumenta a participação das *commodities* no valor adicionado total, e na diminuição do valor adicionado à participação da produção de bens industriais no total de comercializáveis.

Cano (2012) já analisava o caso da desindustrialização brasileira principalmente pela perda de competitividade das exportações, o que leva a uma reprimarização da regulação exportadora e a um aumento das importações de bens

de capital, de consumo e de insumos industriais, que acabam prejudicando as cadeias produtivas da indústria brasileira.

O autor acima analisa que, entre 1980 e 2010, o valor adicionado da indústria encolheu 15 pontos percentuais no PIB. Outros fatores também são citados, como: a redução do indicador VTI/VBPI depois de 1996; os negócios com a China, nos quais o Brasil importa produtos industrializados e exporta para eles a matéria prima; e as péssimas políticas macroeconômicas que afetam negativamente a indústria.

Bonelli (2005) também faz sua análise da suposta desindustrialização, considerando uma relação dos ganhos de produtividade e de geração de emprego na indústria e a informalização na economia.

Ele analisa as taxas de crescimento da produção industrial e verifica grande variação, na qual associa os três períodos da economia. O primeiro é o início da década de 1990, que é um período de estagnação da produtividade devido à recessão; o segundo é praticamente toda a década de 1990, em que ele verifica ter ocorrido perdas de emprego e instabilidades macroeconômicas; e o terceiro período é depois da desvalorização cambial em 1999, quando a indústria incorporou mão de obra somente quando a produção industrial ultrapassava 3,5% ao ano. As taxas de emprego por ele analisadas foram comparadas com a presença considerável da informalização que atinge a indústria no Brasil. Nas suas análises, feitas a partir de 1990, é possível verificar que há uma queda muito maior do emprego formal do que o informal. Bonelli associa esse aumento de trabalho informal ao aparecimento de pequenas empresas que geram a dificuldade do crescimento industrial e da produtividade.

O autor finaliza com a afirmação de que a produtividade industrial se revela pró-cíclica, já que, o aumento da produtividade depende do aumento da produção. O emprego na indústria não foi satisfatório, pois o crescimento industrial foi pouco. E a informalidade de empregos é um problema para a industrialização e precisa de soluções.

Oreiro e Feijó (2010) contribuem para o caso brasileiro afirmando que, no período de 1986 a 1998, há evidências conclusivas de uma desindustrialização; e, para o período após a mudança cambial, não se pode afirmar com muita certeza, pois houve mudanças na metodologia de apuração do IBGE. Mas as composições do saldo comercial e do valor adicionado da indústria brasileira apresentaram sinais

preocupantes da desindustrialização causada pela apreciação do câmbio, valorização das *commodities* e dos recursos naturais no mercado internacional.

Os autores fazem uma análise importante ao conectar a reprimarização da pauta exportação e a maldição dos recursos naturais. Reprimarização considerando o elevado percentual das exportações de bens primários e, maldição dos recursos naturais a abundância de recursos não renováveis. Mesmo que, em alguns países, exista uma relação entre este tema, ele afirma que pode ocorrer a desindustrialização precoce, mesmo sem ter relação com a reprimarização e a maldição dos recursos naturais.

Nos próximos parágrafos será apresentada a visão de autores que compreendem e defendem que o Brasil não passou por um processo de desindustrialização, admitindo, no máximo, que o país teve uma reestruturação do parque industrial.

Serão abordados os principais argumentos e indicadores que explicam esse pensamento, contrapondo os autores citados acima, que acreditam no processo de desindustrialização no Brasil.

De acordo com Nassif (2008), ao analisar o caso brasileiro como uma possível “doença holandesa”, ele considera que não se pode dizer que o país passou pela desindustrialização, porque não se passou por um processo generalizado de mudança na produtividade e no padrão de especialização, com tecnologias dos setores de intensas escalas. Para o autor, é preciso verificar um grande aumento das exportações do setor primário – em relação ao total do produto brasileiro exportado – em comparação com o setor secundário, para que se configure o processo generalizado de desindustrialização. Por outro lado, ao analisar a desindustrialização como um processo precoce no Brasil, Nassif também desconsidera esta hipótese, pois afirma que a diminuição da participação da indústria no PIB, na segunda metade da década de 1980, foi resultado do cenário de estagnação econômica. Depois, entre 1990 e 2000, houve baixas taxas de crescimento no PIB brasileiro, mas a indústria de transformação ainda conseguiu manter um nível de participação médio anual. Portanto, a instabilidade da produtividade e os baixos investimentos no início da década de 1990 colaboraram para prejudicar o retorno da participação da indústria no PIB, se comparados aos níveis médios atingidos em 1980.

Para uma abordagem contrária à desindustrialização brasileira, podemos citar, também, Barros e Pereira (2008), que indicam que o país passou por uma reestruturação industrial, que, em geral, contempla os segmentos que se adaptam à nova situação e conseguem adquirir ganhos de produtividade. O autor mostra que 84,5% dos subsetores da indústria de transformação em 2007 tiveram uma variação positiva da produção, além de a participação do emprego, vinda da manufatura, ser a mesma de 1990. Segundo a análise dos autores, isto é incompatível a um processo de desindustrialização no país. Pois, eles afirmam que alguns setores industriais diminuíram a sua importância relativa, mas o fato é considerado um processo normal, porque, enquanto alguns segmentos industriais perdem representação, outros ganham – o que ocorre naturalmente em uma reestruturação industrial. Vale destacar que essa afirmação provém da forma como os autores definem desindustrialização, ou seja, eles a entendem como a condenação ao insucesso total do setor manufatureiro.

Logo, para os autores, somente os dados de queda da produção industrial não são suficientes para negar o processo de desindustrialização no país.

Schwartzman (2009) afirma que a repetição da desindustrialização por seus defensores vem de grandes momentos de fraquejo do setor manufatureiro, e que isso não passa de uma pressão para conseguir subsídios. O autor ainda enfatiza que a tese da desindustrialização não resiste ao confronto de dados. Desde 1997, não havia um crescimento da indústria a 5% ao ano, como aconteceu entre 2004 e 2008. A expansão no setor de bens de capital indica elevação não desprezível de investimentos do próprio setor industrial, e isso configura uma queda do argumento de desindustrialização. A queda das exportações do setor manufatureiro é conhecida pelo autor, mas ele a configura não como redução absoluta de bens industriais exportados, mas como um aumento elevado na venda de produtos primários.

Bonelli e Pessoa (2010) também fazem suas análises contrárias à desindustrialização no país, e bem mais completas que as de outros autores já vistos, pois analisam o emprego, o valor adicionado, os preços relativos e a produtividade. Os autores também têm o foco de seus estudos na indústria de transformação e eles confirmam a queda da participação desta indústria no PIB, a partir de 1985, mas a consideram uma mera ilusão estatística. Eles dão grande destaque para dois momentos de quedas do valor adicionado: o primeiro, de 1989

para 1990, em que ocorreram mudanças de pesos e conceitos no sistema de contas nacionais, atribuindo novas formas que compõem o sistema; e o segundo, de 1994 e 1995, devido à alteração do ano base para 2000, feita pelo IBGE, revisando as séries até 1995 – até esse ano, o PIB e a indústria tiveram o mesmo andamento de crescimento. A queda da participação da manufatura no PIB é entendida pelos autores por várias razões. A primeira é a variação nos preços relativos, em virtude de uma maior competição interna e externa provocada pela abertura econômica. A segunda é devido às diversas crises existentes no período, pois, em ambientes de instabilidade a manufatura, perder valor é normal, já que produz bens elásticos à renda. E a terceira é a propensão, a nível mundial, de queda da manufatura na atividade econômica global.

Entre 1985 e 2008, houve uma queda de 13% da participação da manufatura no PIB, mas os autores não consideram esse encolhimento como uma desindustrialização, porque não se verificou uma diminuição relativa do emprego manufatureiro no emprego total desde 1992.

Bonelli e Pessoa relatam que o Brasil estava “sobre-industrializado” anterior ao período da liberalização econômica, pois as PSI levaram a estrutura econômica em favor das indústrias. Eles ainda citam:

O termo “sobre-industrializado” significa que a manufatura possuía uma participação no PIB muito superior ao previsto pelo modelo econométrico elaborado, que considera o nível previsto da manufatura no PIB em função do estágio de desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, a queda de participação da manufatura no PIB desde a liberalização deve-se a um “ajustamento” ao nível de desenvolvimento econômico alcançado pela economia brasileira. Além disso, a participação da manufatura brasileira no PIB brasileira convergiu, progressivamente, para o padrão internacional (média mundial) (BONELLI; PESSOA, 2010, p. 56)

Outro argumento utilizado para explicar a desindustrialização no Brasil é a valorização cambial, verificada por Barros e Pereira (2008) de uma forma bem diferente. Os autores consideram que a valorização cambial foi uma mudança para a adequação do Real para um nível conveniente dos fundamentos macroeconômicos da economia nacional. Como eles consideram um processo de reestruturação industrial, a apreciação do câmbio contribui positivamente para isso, gerando duas

formas de *spillovers*³ para a indústria. A primeira tem sua atribuição no controle inflacionário, sob os ganhos reais de renda e uma redução do custo de capital de empresas.

O segundo está apropriado à modernização e ao aumento da competitividade da indústria nacional, que acontece com a diminuição dos preços de maquinários e equipamentos importados; e, também, pelo fato gerar uma grande exposição das empresas brasileiras, além de necessitar de maiores níveis de produtividade e competitividade. Algumas empresas menos eficientes desapareceram, e essa reestruturação industrial acabou sendo confundida com uma desindustrialização negativa.

Almeida (2009) diz que o crescimento das importações não pode ser considerado isoladamente como uma fragilidade da economia em um país, e que, na realidade, pode ser classificado como um maior dinamismo econômico, pois parte dos produtos importados competem diretamente com a produção nacional.

O autor ainda argumenta que nenhum país consegue produzir tudo o que consome, e que desenvolver todos os setores pode ser prejudicial, ao invés de favorecer a competitividade da economia.

O quadro abaixo recapitula os principais autores que estudam o tema e apresenta seus respectivos posicionamentos em relação ao assunto.

³ São considerados efeitos econômicos de transbordamento, acontecem em algum contexto que aparentemente não estão relacionados (BARROS E PEREIRA, 2008).

Quadro 1 – Síntese de autores relacionados à desindustrialização (continua)

Autor	Parecer	Consideração
Marquetti (2002)	Favorável a uma desindustrialização precoce.	Atribui a desindustrialização brasileira a um baixo investimento do governo na economia, principalmente no setor industrial.
Feijó, Carvalho e Almeida (2005)	Favoráveis à desindustrialização, mas a consideram “relativa”.	Verifica uma queda da participação da indústria no PIB, porém a indústria manteve a diversificação, conservou setores tecnológicos, ampliou produtividade e aumentou exportações.
Feijó (2007)	Favorável à desindustrialização precoce. (Atualização do estudo feito anteriormente).	Nota uma diminuição no indicador VTI/VBPI; indústrias exportadoras tiveram queda; valorização do câmbio como causa principal da desindustrialização.
Bresser Pereira e Marconi (2008)	Favoráveis à desindustrialização precoce.	Associam a desindustrialização brasileira a uma doença holandesa.
Cano (2012)	Favorável à desindustrialização precoce.	Analisa o caso pela perda de competitividade das exportações; valor adicionado da indústria no PIB; redução do indicador VTI/VBPI; e as péssimas políticas macroeconômicas que afetam negativamente a indústria.

Quadro 1 – Síntese de autores relacionados à desindustrialização (continuação)

Bonelli (2005)	Favorável à desindustrialização precoce.	Considera uma relação dos ganhos de produtividade e de geração de emprego na indústria e a informalização na economia.
Oreiro e Feijó (2010)	Favoráveis à desindustrialização precoce no período de 1986-1998.	Analizam uma apreciação do câmbio, e a valorização das commodities e dos recursos naturais no mercado internacional.
Nassif (2008)	Contrário ao processo de desindustrialização.	Nega uma possível desindustrialização por doença holandesa, e, também, por considerar a estagnação econômica como fator que diminuiu a participação da indústria no PIB.
Barros e Pereira (2008)	Contrários ao processo de desindustrialização.	Consideram que o país passou por uma reestruturação industrial.
Schwartzman (2009)	Contrário ao processo de desindustrialização.	Considera indícios de fraquejo do setor manufatureiro; a queda das exportações industriais é vista como um aumento elevado das exportações de produtos primários.
Bonelli e Pessoa (2010)	Contrários ao processo de desindustrialização.	Julgam a diminuição da participação da indústria no PIB como ilusão estatística; creem que houve uma “sobre-industrialização” na época das PSI.
Almeida (2009)	Contrário ao processo de desindustrialização.	Associa o crescimento das importações como um dinamismo da economia

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos autores estudados.

Enfim, observa-se que há um grande aumento no volume de estudos sobre a desindustrialização brasileira. E um dos principais fatores enfatizados pelos autores é a valorização da moeda, mas, naturalmente, esse não é o único argumento utilizado, como vimos anteriormente.

Portanto, a discussão sobre o processo de desindustrialização brasileira está totalmente aberta, com muitos autores afirmando que é evidente um processo de desindustrialização e outros enfatizando que não existe uma desindustrialização instaurada no país.

3 SETOR CALÇADISTA NO BRASIL: contextualização e caracterização

A indústria calçadista foi um dos primeiros setores de transformação a se desenvolver no Brasil. A sua evolução pode ser descrita em duas fases: a primeira é até a década de 1960, quando a produção era voltada para o mercado interno, e a segunda, a partir do final de 1960, quando ocorreu uma realocação industrial e um ganho no mercado internacional com as exportações de calçados.

Suzigan (2000) diz que, em 1860, a indústria de calçados era caracterizada como uma indústria local e seus produtos eram confeccionados por artesãos. O produto era feito à mão, em pequenas oficinas, normalmente empregando poucas pessoas, as quais também faziam reparos. Somente uma fábrica existia no país, localizada no Rio de Janeiro, em 1857, e empregava 120 pessoas.

Ainda conforme Suzigan, o processo de concentração de fábricas de calçados iniciou em 1870, e o estímulo a essa concentração foram as introduções de máquinas de costura. A partir de então, os fabricantes fizeram pedidos de privilégios e concessões à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), para poderem produzir calçados com o apoio de maquinarias. A produção era baseada em calçados de couro, com qualidade inferior, para homens e mulheres, e, os de melhor qualidade, eram chinelos e calçados para crianças. Em 1882, o Rio de Janeiro estava perdendo o papel dominante da indústria de calçados pelo desenvolvimento da produção em outros estados brasileiros, como: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, e, no Nordeste, na Bahia e Pernambuco. O grande impulso da indústria de calçados foi em 1904, ocasião em que foi instalada uma grande fábrica em São Paulo, e pela colocação de maquinaria americana para produzir sapatos.

A expansão de investimentos na indústria calçadista se deu entre 1907 e 1913, e diversos fatores explicam este fato, como: condições econômicas favoráveis, extensão da proteção da indústria, disponibilidade de energia elétrica em alguns estados, e a instalação de uma fábrica que produzia máquinas para a produção de calçados no Brasil. Ao final da década de 1920, a indústria estava com condições favoráveis e a produção havia alcançado níveis de perfeição, fazendo com que fabricantes dissessem que poderia haver uma dispensa da proteção tarifária sem medo da concorrência estrangeira.

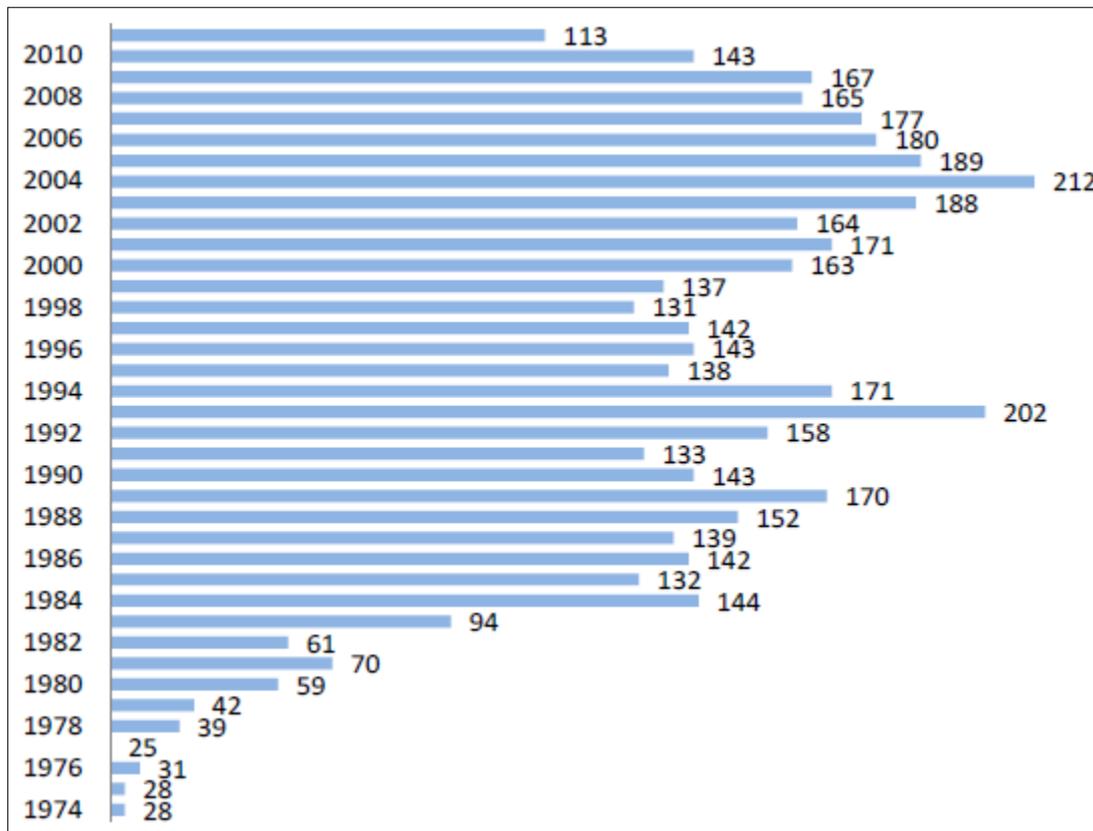
No entanto, com a crise cafeeira e a depressão mundial, a indústria de calçados que se via bem-sucedida, foi proibida de importar maquinaria por muitos anos durante a década de 1930.

Segundo Schneider (2004), o final da década de 1960 apresentava um cenário de estagnação econômica e comercial para o setor calçadista. Anteriormente a 1968, o acesso ao mercado externo para o setor calçadista era muito difícil, pois havia muitas exigências, burocracias, barreiras fiscais, dificuldades com transporte, como também, disputas com outros produtores. Com esses motivos, a indústria de calçados passava por muitas dificuldades para ter o aumento da sua produtividade, e agravava ainda mais seu cenário, visto que a demanda do mercado interno brasileiro estava cada vez mais baixa devido às restrições do poder aquisitivo dos salários. Já a partir de 1970, o Brasil se destacou por estar entre os maiores produtores de calçados do mundo.

Entretanto, desde 1970, estas dificuldades mudaram, e as exportações brasileiras de manufaturados receberam diversos incentivos do governo, além de benefícios vindos do ótimo regime cambial da época, que procurou manter-se estável. Os principais destinos das exportações brasileiras na época eram predominantemente os Estados Unidos - com uma fatia de 70% das exportações - posteriormente vinham Argentina, Reino Unido e Canadá.

Podemos verificar a evolução das exportações de calçados brasileiros na tabela abaixo, marcada pela década de 1970, em que as exportações ficaram menos dificultosas.

Gráfico 01 - Exportações brasileiras de calçados 1974 – 2010 *



Fonte: CORNEJO (2013, p.190)

Nota: (*) Valores em milhões de pares.

No gráfico acima, podemos verificar o crescimento das exportações desde 1970, o que possibilitou uma grande expansão na produtividade e nas receitas geradas.

O sucesso inicial das exportações trazia alguns indicadores de vulnerabilidade. Pois, as empresas calçadistas brasileiras só conseguiam vender seus calçados para o exterior através de intermediários estrangeiros que tinham sede no Brasil, quase sempre, eram compradores de grandes atacados internacionais. Tais compradores possuíam toda informação de mercado e ainda realizavam funções de marketing total para as exportações.

Segundo Scheneider (2004), as exportações se concentravam em calçados femininos, com poucos modelos e cores, e eram vendidos grandes lotes com preços baixíssimos. Os produtos eram comercializados via intermediários internacionais (*traders*), que encarregavam às empresas brasileiras produzir calçados com modelos desenvolvidos no exterior.

As empresas calçadistas brasileiras conquistaram uma grande parte do mercado americano de sapatos femininos, e se tornaram empresas competitivas e persuasivas – o que pode ser visto até os dias de hoje, pois os Estados Unidos são o principal importador de calçados brasileiros.

Segundo Cornejo (2013), o mercado de calçados, em 1980, era dominado pela Itália e Coréia do Sul. Já de 1980 a 1990, a China conquistou um pedaço do mercado, e, em 2000, ela tinha mais de um terço do mercado mundial. Nessa época, ela conquistou o mercado brasileiro também, com a abertura econômica em 1990, e o Brasil perdeu mercado mundial. Podemos perceber esses dados na tabela abaixo:

Tabela 01 - Participação relativa de países selecionados no valor das exportações mundiais de calçados – 1980, 1990, 2000, 2011

Anos	China	Itália	Vietnã	Brasil	Coréia do Sul
1980	1,8%	38,0%	0,0%	4,1%	9,2%
1990	16,4%	28,0%	0,0%	5,0%	17,7%
2000	36,8%	14,6%	2,4%	3,7%	0,1%
2011	38,3%	10,1%	5,0%	1,3%	0,1%

Fonte: CORNEJO (2013, p.190).

Na Tabela 01, pode-se verificar a participação do Brasil nas exportações e se deparar com uma queda de 3,7% de 1990 a 2011. Isto é explicado pela estagnação das exportações brasileiras, especialmente para seu principal comprador, os Estados Unidos. Em contrapartida, nesse mesmo período, a China teve um aumento de mais de 20% em suas exportações. Em três décadas, a participação do mercado mundial de exportações se inverteu, e a China e o Vietnã passaram a ganhar o mercado mundial que antes era do Brasil, Itália e Coréia do Sul.

Guidolin, Costa e Rocha (2010, p. 165) relatam, sobre a estrutura produtiva, que

Apesar do crescimento significativo da indústria brasileira, a estrutura produtiva desenvolveu-se em uma base frágil, já que não acumulou importantes fatores de competitividade setorial, como capacitação no desenvolvimento de produtos, criação de marcas e estabelecimento de canais próprios de comercialização e distribuição.

Os autores acima ainda explicam que, em 1990, quando ocorreram mudanças significativas no Brasil, como a entrada de concorrências do mercado internacional e nas condições de produção, acabou se ocasionando várias dificuldades no setor calçadista. O país, que tinha se especializado na produção de calçados com baixo custo, não conseguiu competir, em termos de preços, com a entrada de calçados asiáticos no Brasil. Os países asiáticos, como China, Indonésia e Tailândia, tinham baixíssimos custos de mão de obra. Isso prejudicou as empresas do ramo calçadista, devido ao baixo preço cobrado pelos calçados importados desses países.

Para tentar solucionar o empecilho da entrada dos calçados importados no Brasil, as grandes empresas calçadistas transferiram suas fábricas para o Nordeste, em busca de redução dos custos de produção. Este deslocamento se deu através de incentivos fiscais do governo local, de um baixo custo de mão de obra e de uma melhor proximidade em relação aos seus principais consumidores, como os Estados Unidos e a Europa. Nesta época, as condições de produção mudaram e havia uma grande concorrência na cadeia produtiva de calçados. O grande crescimento da concorrência externa e, acima de tudo, no mercado interno, que adotou os modelos internacionais de produção, fez com que as empresas buscassem a redução dos custos de produção e o aumento de participação no mercado externo.

Cornejo (2013, p. 229) ainda ressalta:

[...] no Brasil, uma realocação industrial na produção doméstica, em direção aqueles estados que tinham, como vantagem relativa, o menor custo da mão de obra. Isso significava, portanto, de um lado, menores salários e custo de reprodução da força de trabalho e, de outro lado, mais mais-valia e lucro e a recomposição da taxa de lucro.

Com o cenário apresentado, alguns estados ganharam e outros perderam com a realocação da indústria calçadista. Cornejo afirma que, entre 1996 e 2010, os estados que mais se beneficiaram com essa realocação foram a Bahia, o Ceará e a Paraíba; já São Paulo e o Rio Grande do Sul, conhecidos pelos seus polos calçadistas, foram os que mais sofreram. Isso pode ser verificado na tabela abaixo, que demonstra a porcentagem de crescimento de empregos e o salário médio real entre 1985 e 2009.

Tabela 02 - Empregos e salário médio real na fabricação de calçados - Brasil e estados selecionados- 1985 / 2009

Regiões	Empregos 1985	Empregos 2009	Crescimento dos empregos 1985 a 2009	Salário Médio Real 1985 *	Salário Médio Real 2009 *	Crescimento do Salário Médio 1985 a 2009
BA	596	35.593	5872%	R\$ 485,00	R\$ 638,00	32%
CE	1.420	62.365	4292%	R\$ 557,00	R\$ 640,00	15%
RS	132.214	110.766	-16%	R\$ 851,00	R\$ 844,00	-1%
SP	70.095	49.567	-29%	R\$ 896,00	R\$ 825,00	-8%
Brasil	242.533	319.174	32%	R\$ 826,00	R\$ 748,00	-9%

Fonte: CORNEJO (2013, p.240).

Na Tabela 02, podemos observar que, de 1985 para 2009, o Estado da Bahia teve um aumento de 5872% de empregos e o Ceará de 4292%. Em contrapartida, o Estado do Rio Grande do Sul teve uma queda de crescimento de empregos de -16%, e São Paulo de -29%. Os salários médios reais também apresentaram crescimento para a Bahia e para o Ceará, e queda para o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Cornejo (2013) reitera, ainda, que essa realocação industrial colaborou para o setor calçadista ter obtido melhorias em relação à competitividade no ramo. Mas, mesmo assim, essa melhora nas exportações não serviu para manter o alto nível de exportação de calçados do país, e também não serviu para frear as importações de calçados baratos vindo da Ásia.

Guidolin, Costa e Rocha (2010) fazem uma contribuição importante em relação às indústrias calçadistas no Brasil. Os autores ressaltam que surgiram dois padrões de organização das atividades produtivas. O primeiro são os conhecidos *clusters* – agrupamentos de empresas em um espaço geográfico especializados em certo produto. Podemos citar a Região do Vale dos Sinos (RS), especializada na produção de calçados femininos, e o Polo de Franca (SP), especializado em calçados masculinos. O segundo padrão, que foi a realocação, surgiu no Nordeste, com intuito de obter mão de obra de baixo custo, economias de escala e incentivos do governo local, para grandes empresas conseguirem concorrer com empresas internacionais.

Costa e Froehlich (2008, p. 3) complementam:

A existência de economias de escala sem muita importância, o acesso difundido à tecnologia de produção, a não-homogeneidade do produto e a especialização produtiva decorrente de extensa divisão de trabalho são fatores que permitem que a atividade seja realizada por uma multidão de empresas — particularmente de pequeno e médio portes — coexistindo com níveis de eficiência diferenciados entre si

Os autores ainda acrescentam que um acumulado de empresas do mesmo ramo (clusters) que estão próximos, se beneficia de externalidades, como: redução de custos de transação; facilidade no acesso a mão de obra qualificada; entre várias outras, que não seriam possíveis se desenvolvidas em pequenas unidades distintas.

Contudo, a principal característica deste arranjo é sua capacidade de coordenação entre as empresas. A formação de redes de cooperação inter-firmas – direcionadas à provisão de infra-estrutura e serviços e ao desenvolvimento de estruturas organizacionais vinculadas à solução de problemas comuns – faz elevar tanto a capacidade de adaptação tecnológica quanto o tempo de resposta às mudanças do mercado (CROCCO et. al., 2010, p.64)

A indústria calçadista possui relevante importância para a economia brasileira, segundo o relatório anual da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados - ABICALÇADOS (2015). A indústria brasileira de calçados é formada por, aproximadamente, 7,9 mil unidades produtivas e geram 280 mil postos de trabalho, produzindo 877 milhões de pares de calçados, além de exportar 124 milhões de pares de calçados, ou seja, US\$ 960,4 milhões de dólares. Nessa perspectiva, entende-se que 157 países compraram calçados do Brasil e o principal importador de calçados brasileiros é os Estados Unidos, seguido pela Argentina, França e Bolívia. O saldo da balança comercial é de US\$ 479,4 milhões.

De acordo com Silvestrin e Triches (2008), a cadeia produtiva do calçado pode ser compreendida como uma relação entre vários elementos do sistema industrial. Na indústria calçadista, a cadeia produtiva se inicia na pecuária, passando por abatedouros, curtumes, fábricas e distribuidores, até que chega ao consumidor final. Pode-se compreender melhor essa informação ao se analisar a figura abaixo, que demonstra a distribuição da cadeia produtiva de calçados de couro.

As empresas do setor calçadista são consideradas heterogêneas de acordo com o nível tecnológico em que apresentam. Segundo Gorini e Siqueira (2002), as empresas do setor calçadista podem ser classificadas como grandes, médias, micro e pequenas empresas. Nas quais, grandes empresas dispõem de tecnologias mais sofisticadas, grande gasto em marketing e operam mais para o mercado interno. As médias empresas apresentam nível tecnológico e gastos com marketing diferenciados, pois seu público alvo são as exportações. E, por último, as micro e pequenas empresas em que prevalece o trabalho artesanal, com pouco ou nenhum gasto com marketing e tecnologia.

A disputa deste mercado não se dá somente pelo preço, uma vez que, a qualidade, durabilidade e apresentação ou visual do produto também são pontos fundamentais a serem observados. O calçado é fabricado com vários tipos de materiais e modelos para atender os diversos propósitos do consumo. A diferença do produto mostra-se como um fator no processo competitivo e a qualidade do mesmo é uma função direta da qualidade da mão de obra.

Ainda conforme Gorini e Siqueira (2002), o setor coureiro-calçadista brasileiro se destaca competitivamente pelas seguintes vantagens:

- A capacidade instalada de frigoríficos e curtumes são grandiosos;
- Desenvolvimento da qualidade dos calçados e aperfeiçoamento nos acabamentos;
- Abundância e qualidade de matérias-primas;
- Segundo o IBGE, o Brasil tem 209 milhões de bovinos, sendo considerado o maior rebanho comercial do mundo;
- Localização de polos industriais em zonas com oferta alta e valor baixo de mão de obra;
- Concentração geográfica (cluster);

Portanto, diante do exposto, podemos certificar a grande importância do setor coureiro-calçadista no país. Setor este que, foi um dos primeiros a se desenvolver como indústria e têm colaborado ao longo dos anos com geração de empregos, desenvolvimento e produtividade para o país. Percebendo sua real importância para o Brasil, e as dificuldades encontradas com a grande competitividade instaurada, principalmente após os anos 1990, é o motivo pelo qual se procurou analisar esse setor especificamente.

De acordo com o modelo de dados criado para este trabalho, os dados referentes à indústria calçadista brasileira arquitetam-se para explicar como um processo de desindustrialização brasileira pode ter afetado o setor no período abrangente deste estudo, dados estes que poderão ser vistos e detalhados no capítulo 5.

4 METODOLOGIA

O capítulo descreve os pontos referentes à metodologia utilizada no estudo, que propôs identificar e descrever o processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010. Abaixo estão detalhados as características, o objeto de estudo, a dimensão da pesquisa e os métodos de análise dos dados.

4.1 Características do estudo

Devido à importância de uma possível desindustrialização no país, desejou-se identificar e descrever o contexto em que ela se encontra. Conforme Oliveira (1999), um método é um grupo de processos com os quais quer se conhecer uma realidade, produzir um objeto ou até mesmo desenvolver procedimentos ou comportamentos. O método utilizado para planejamento desta pesquisa foi o estudo de caso. Este método é utilizado para coleta de dados e também contribui para entendermos de uma melhor forma os fenômenos individuais. Segundo Yin (2005), o estudo de caso deve ser usado quando há pretensão de investigar como e o porquê de uma série de eventos.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) ressaltam em seus estudos que o estudo de caso tem sua grande importância por levantar informações numerosas e com vários detalhes que permitem apreender a situação em um todo. As informações quando são detalhadas ajudam o autor e seus leitores a ter um maior conhecimento e visão do assunto, assim como possibilita uma solução de problemas relacionados ao assunto estudado.

O método utilizado para fazer a interpretação dos dados foi o qualitativo. Gil (2002) cita em seu livro que uma técnica qualitativa pode ser verificada em uma repetição a cerca de observar, refletir e interpretar uma análise. Com esse método procurou expressar os resultados através de conceitos, dados subjetivos, opiniões, entre outras formas. Ainda de acordo com Gil (2002, p.35)

Uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas.

O trabalho também contou com o uso de dados secundários para a busca de resultados no banco de dados das entidades citadas acima. No estudo, a abordagem dos dados secundários foi realizada através da análise com as médias, percentuais, e também através de ilustrações gráficas, de figuras e de tabelas.

A pesquisa foi classificada como descritiva, pois apresenta interesse em relatar um fenômeno. Para Gil (2002), “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para Santos (2000), essa pesquisa “É normalmente feita na forma de levantamentos ou observações sistemáticas do fato/fenômeno/problema escolhido”.

As referências fundamentais consultadas serão, por ordem, os livros que relatam sobre economia brasileira e industrialização e, logo após, as publicações que se referem especificamente à questão da desindustrialização brasileira, como artigos e outros.

Dessa forma, buscou-se responder ao problema formulado e aos objetivos propostos. Essa metodologia pretende dar confiabilidade e precisão ao trabalho, de modo que se consiga evidenciar conhecimentos sobre a desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010.

4.2 Objeto e dimensão

Como objeto de estudo abrangeu-se a indústria brasileira no período de 1990 a 2010. Com base em vários autores que levantaram a possibilidade do setor industrial brasileiro estar se desindustrializando precocemente, pretendeu-se descrever e identificar se ocorreu um processo de desindustrialização brasileira, com ênfase no setor calçadista brasileiro.

Rowthorn e Ramaswamy (1999) afirmavam que o processo de desindustrialização em países desenvolvidos é o efeito da grande produtividade da indústria, juntamente com aumento do emprego decorrente da alta produtividade e a

alta qualificação de mão de obra, isto faz com que trabalhadores sejam transferidos para outros setores da economia. Processo esse que resulta em crescimento total da produtividade da economia, sendo assim, um método íntegro, natural e de mudança estrutural no desenvolvimento econômico. Logo, no caso brasileiro, o processo de desindustrialização é considerado precoce, pois é relacionado com pontos negativos como: queda da participação da indústria no PIB, valorização do câmbio, perda de competitividade das exportações, aumento de exportação de produtos primários, baixa geração de emprego na indústria, aumento das importações não somente de bens de capital e consumo, mas também de insumos, dentre outros fatores.

4.3 Análises dos Resultados

Todas as informações necessárias para o levantamento dos dados utilizados como modelo foram retiradas de sites estatísticos confiáveis, tais quais podemos citar: IBGE, IPEADATA e FGV.

A fim de se atingir o objetivo deste trabalho, um modelo de dados foi estruturado, escolhendo dois setores relevantes para a economia, a fim de identificar a existência de uma possível desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010. As variáveis que foram utilizadas para compor os dados são: PIB e exportação no período de 1990 a 2010.

O PIB será utilizado como uma variável para medir a desindustrialização brasileira, tendo como referências os autores Marquetti (2002) e Feijó, Carvalho e Almeida (2005) que enfatizam que um dos motivos da desindustrialização brasileira é a redução da participação da indústria no PIB.

Produto Interno Bruto (PIB): com este dado, procurou-se apresentar a perda de participação da indústria na economia brasileira e suscetivelmente o aumento da participação do setor de serviços.

O cálculo do PIB é realizado com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{PIB = C + G + I + X - M}$$

Onde :

- **C** representa o consumo privado;
- **G** os gastos do governo;
- **I** os investimentos no período;
- **X** quantidade de exportações;
- **M** quantidade de importações.

O PIB é uma variável utilizada para medir todos os valores monetários de bens e serviços finais produzidos em um país ou região. No geral, avaliando o PIB isoladamente, se ele está bem, quer dizer que a economia do país ou região também está bem. Este dado é de suma importância, pois ele pode sinalizar o tamanho de uma determinada economia e compará-la com outras. Também pode mostrar como a economia de certo local tem se comportado ao longo dos anos, se está sendo mais ou, menos dinâmica. Bem como, salientar o perfil da economia, quais os setores que compõem o PIB e que são mais relevantes e participativos.

As exportações foram utilizadas como uma variável para medir a desindustrialização brasileira, tendo como referências os autores Bresser Pereira e Marconi (2008), Oreiro e Feijó (2010) e Cano (2012) que enfatizam que um dos motivos de uma desindustrialização brasileira é o aumento de exportação de bens primários.

Exportação: Com a variável exportação, objetivou-se encontrar resultados de uma desindustrialização brasileira, devido ao aumento da participação de produtos não industriais na pauta exportadora e queda de exportação de produtos industriais de alta tecnologia. Através deste dado, pretende-se mostrar o que alguns autores chamam de reprimarização das exportações, isto é, que há um processo de reversão da pauta exportadora na direção de *commodities*. *Commodities* é uma palavra em inglês que significa mercadoria, e é utilizada para se referir a produtos de baixo valor agregado.

Exportação é quando mercadorias saem do território nacional através de contratos de compra e venda internacional, ou seja, é um bem ou serviço enviado para outro país com fins comerciais.

A exportação é primordial para o desenvolvimento econômico de um país. É por meio dela que há entrada de divisas no país, possibilitando o pagamento de

dividas adquirido. Além disso, tem-se a geração de novos postos de trabalho e a utilização dos recursos, a acumulação de reservas e a conservação da balança de pagamentos, a excelente competitividade para empresas locais, dentre outros distintos benefícios.

Pela ótica da economia nacional, os benéficos motivos de exportar estão em obter recursos para pagamento das importações feitas devida sua necessidade econômica. Vazquez (2007, p. 177) ainda ressalta que:

[...] a exportação é a atividade que proporciona a abertura do país para o mundo. É uma forma de se confrontar com os demais parceiros e, principalmente, frequentar a melhor escola de administração, já que, lidando com diferentes países, o país exportador assimila técnicas e conceitos a que não teria acesso em seu mercado interno.

Portanto, como a possível desindustrialização brasileira tem como consequências uma redução da participação da indústria no PIB, um aumento de produtos importados na produção industrial e maior participação de produtos de menor valor agregado na pauta exportadora. Podemos acreditar que ela é nociva à economia brasileira, pois coloca em risco nosso crescimento econômico no longo prazo. Os dados sobre participação da indústria no PIB e reprimarização das exportações encontram-se adiante no capítulo 5 de análise dos resultados.

Do mesmo modo, assim como foram evidenciados dados da indústria geral, o setor calçadista foi exposto e passou pelas mesmas análises críticas referentes à desindustrialização brasileira.

Para análise dos resultados coletados neste estudo, utilizou-se uso do método qualitativo enquanto que a pesquisa foi de natureza descritiva conforme pode ser observado no item 4.1 deste capítulo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como escopo a apresentação e análise dos resultados deste trabalho. O propósito principal da apresentação dos resultados se deu com objetivo de identificar e descrever se ocorreu um processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010 e, verificar se o setor calçadista brasileiro foi afetado por este processo.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram feitas pesquisas em sites estatísticos, como IBGE, IPEADATA e FGV, no intuito de apresentar dados da indústria brasileira e da indústria calçadista. Estes dados serviram de base para a obtenção de resultados, que foram buscados conforme os objetivos traçados.

Os dados obtidos no trabalho foram apresentados da seguinte forma: a participação da indústria geral no PIB brasileiro; a variação da produção de calçados; a participação do setor primário e secundário nas exportações brasileiras; e, a participação do setor calçadista nas exportações brasileiras.

Conforme os estudos do caso brasileiro, apresentados por Marquetti (2002) e Feijó, Carvalho e Almeida (2005) também se considerou importante mensurar dados que apresentem a importância do setor industrial no PIB brasileiro. Dessa forma, apresentam-se, a seguir, os dados da participação da indústria no PIB brasileiro no período de abrangência do estudo.

Tabela 03 - Participação do setor industrial e setor de serviços no PIB total

Ano	PIB a preços de mercado	Participação da Indústria em %	Participação dos Serviços em %
1990	113,90	33,03	60,06
1991	112,26	32,04	61,06
1992	110,80	31,23	62,54
1993	108,83	31,77	62,46
1994	111,34	35,06	56,31
1995	114,54	27,53	66,70
1996	113,61	25,98	68,50
1997	113,06	26,13	68,47
1998	113,08	25,66	68,82
1999	114,78	25,95	68,58
2000	115,85	27,73	66,67
2001	116,63	26,92	67,10
2002	116,10	27,05	66,33
2003	115,62	27,85	64,77
2004	116,57	30,11	62,97
2005	116,64	29,27	65,02
2006	116,54	28,75	65,76
2007	116,38	27,81	66,63
2008	117,56	27,91	66,19
2009	116,21	25,42	68,50
2010	117,20	26,82	67,41

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Sistema de Contas Nacionais. Referência 2000. Composição do PIB pela ótica da oferta.

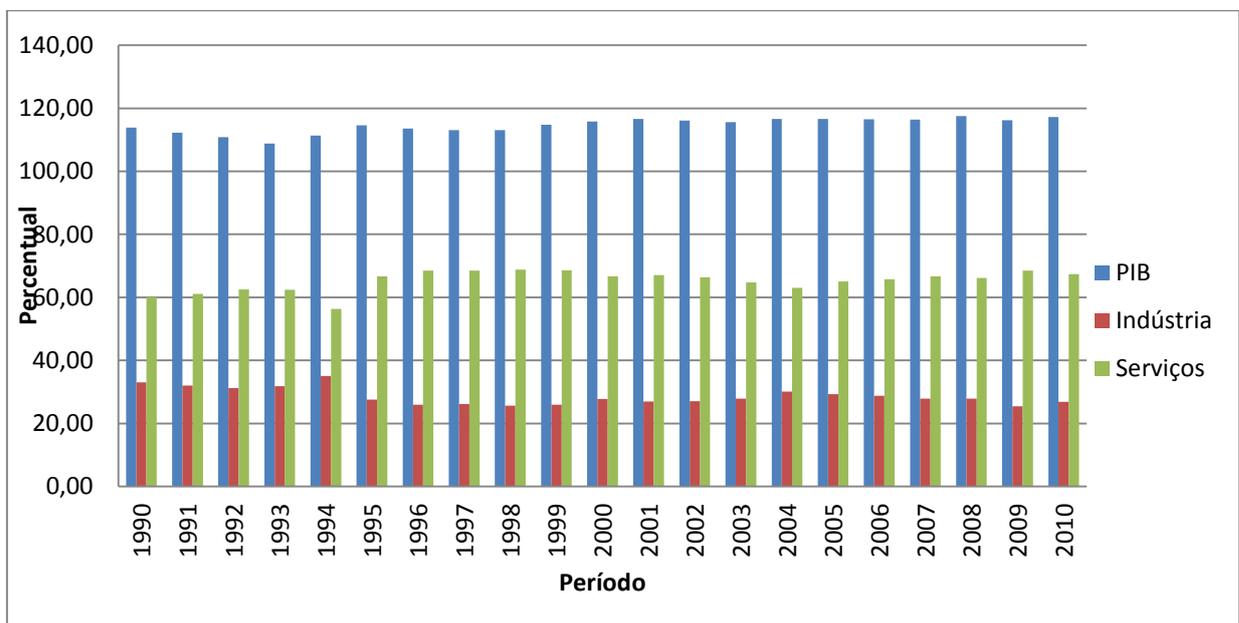
Na tabela acima, pode-se visualizar os dados do PIB de 1990 a 2010 e a participação do setor industrial e do setor de serviços no valor adicionado total. Os dados anteriores a 1995 devem ser analisados com ponderação, pois entre 1994 e 1995 foram realizadas mudanças metodológicas no Sistema de Contas Nacionais. Segundo Bonelli, Pessoa e Matos (2013), o Sistema de Contas Nacionais aumentaram o tamanho do setor primário e terciário, mas não aumentaram o setor secundário.

Os dados do setor industrial apresentados englobam: Indústria de extração mineral, indústria de transformação, indústria da construção e SIUP (Serviços industriais de utilidade pública).

Em seguida, os dados do setor de serviços apresentados compreendem: Comércio, Transporte, armazenagem e correio, serviço de informação, intermediação financeira e seguros, serviços imobiliários e alugueis, administração pública (administração pública e seguridade social + educação pública + saúde pública) e outros serviços.

Podemos verificar nos dados da tabela acima que, o setor industrial teve algumas variações em sua participação, ficando na maioria dos anos abaixo de 30%. Mas ao longo do tempo, principalmente após 1995 quando mudou a metodologia, o setor não teve aumentos significativos. O que se pode notar na Tabela 03 é que, quando há uma queda na indústria, há um aumento no setor de serviços, e o contrário também é verdadeiro. No gráfico abaixo, podemos visualizar melhor os resultados encontrados.

Gráfico 02 - Participação da Indústria e Serviços no PIB brasileiro

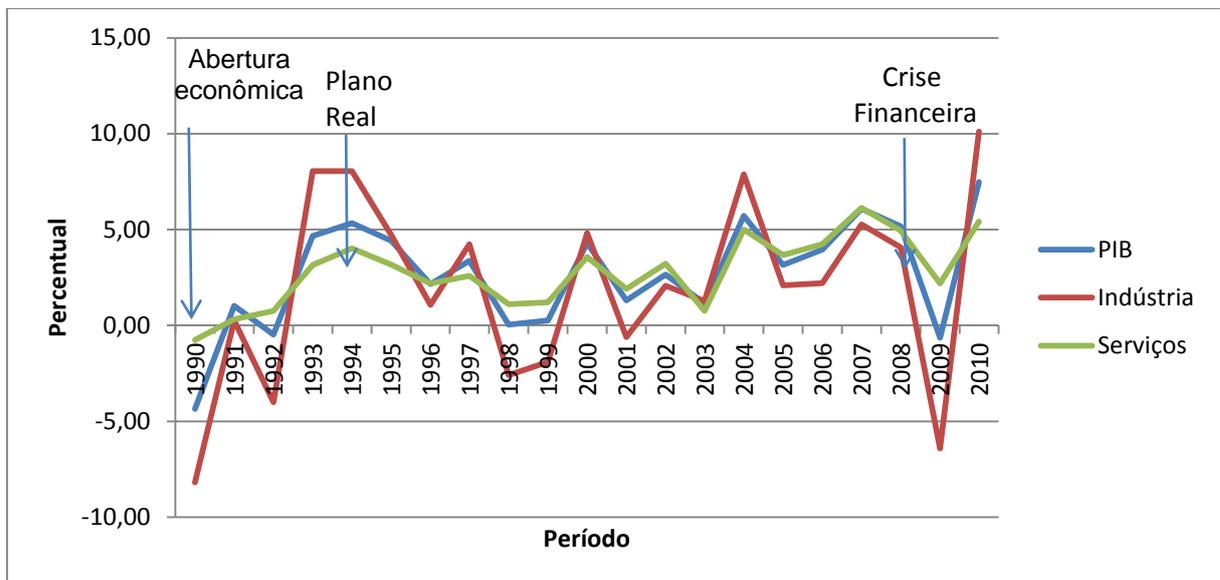


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Sistema de Contas Nacionais. Referência 2000. Composição do PIB pela ótica da oferta.

A queda da participação da indústria no PIB significa a diminuição de produtos de alta intensidade tecnológica e de maior valor agregado no mercado.

Conforme Feijó, Carvalho e Almeida (2005) apontaram em seus estudos, podemos verificar nos dados que a partir de 1999 a queda da participação da indústria no PIB começou a cessar devida à desvalorização do real, porém, a partir de 2005 essa participação voltou a cair porque, desde então, o Brasil não teve nenhuma reforma importante que poderia ter contribuído para o aumento da eficiência e da produtividade industrial.

Gráfico 03 - Variação da participação da Indústria e Serviços no PIB brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE – Sistema de Contas Nacionais. Referência 2000. Composição do PIB pela ótica da oferta.

A partir de 1990, com a abertura econômica e financeira brasileira, a indústria teve que se moldar de acordo com a instigada competição de produtos importados no país. As grandes concorrências com os importados e a valorização cambial fizeram com que os preços dos produtos industriais baixassem. A partir de então, a indústria verificou uma demanda baixa por seus produtos, pois como a indústria produz produtos com elasticidade-renda muito alta, este setor é altamente afetado em momentos de recessão.

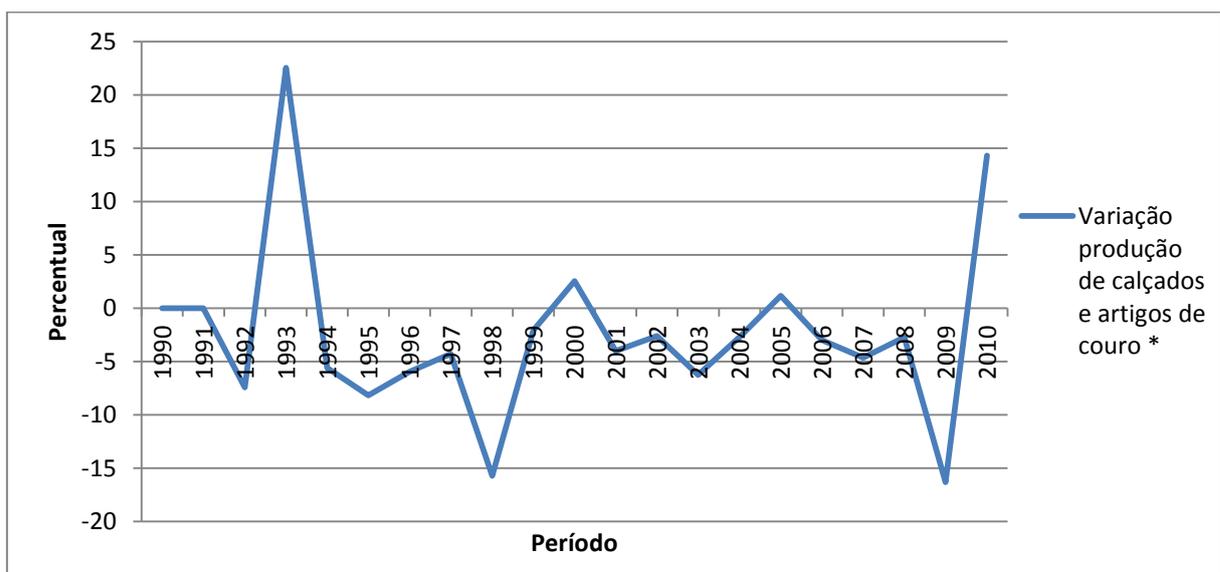
No Gráfico 03, pode-se verificar bem esta sensibilidade do setor industrial, visto que, alguns momentos marcantes de queda podem ser verificados em: 1990 a 1992 com a abertura econômica, após o plano real podemos considerar a queda pela mudança da metodologia utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais; 1998 e 1999 resultados da crise cambial da época; e, por último uma queda maior em 2009 por consequências da crise financeira de 2008.

Analisando isoladamente a participação da indústria no PIB brasileiro, não se pode afirmar que a indústria total brasileira passou por um processo de desindustrialização, pois as maiores quedas de participação no PIB são explicadas por fenômenos como políticas, desvalorização da moeda e crises. A indústria quando comparada ao setor terciário, foi a que menos cresceu, mas tem capacidade de conservar seus preceitos para posteriormente reerguer e reintegrar novamente, conforme Feijó, Carvalho e Almeida (2005) ressaltam em seus estudos.

De acordo com acontecimentos marcantes no país, uma sensibilidade industrial também pode ser vista na indústria calçadista. A grande facilidade da entrada de calçados no país, principalmente os asiáticos, fez com que a produtividade calçadista brasileira caísse radicalmente.

Este setor encontrou suas maiores dificuldades pela grande tecnologia utilizada em outros países, tão como, uma mão de obra muito barata. Os calçados importados tinham preços muito baixos em comparação aos praticados no país, isso fez com que a indústria passasse por uma reestruturação, buscando mão de obra barata e tecnologia para produção dos calçados. No gráfico abaixo, podemos visualizar a variação da produção calçadista no país.

Gráfico 04 - Variação produção de calçados e artigos de couro*



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Nota: (*) Obtida a partir da relação entre os índices acumulados ("jan a dez" igual período do ano anterior =100) da produção física industrial. Dados somente a partir de 1992.

No Gráfico 04, estão apresentados dados somente a partir de 1992 sobre a variação da produção de calçados e artigos de couro no Brasil.

Esta variação da produção tem como base o ano anterior e notam-se aumentos positivos da produção somente em quatro anos: 1993 que teve um aumento de 22,54% em relação a 1992, devido à realocação de algumas fábricas para o Nordeste do país; Em 2000, resultados pós uma desvalorização cambial em 1999; Em 2005, benefício do forte crescimento da economia mundial, aumento da produtividade para exportação. Em 2010, recuperação pós-crise financeira de 2008. Pode-se observar também o acompanhamento do Gráfico 04 em relação ao Gráfico 03, com suas respectivas quedas indicadas por fenômenos econômicos no país.

Esses números podem ser vistos melhor na tabela abaixo:

Tabela 04 – Variação da produção física industrial de calçados e artigos de couro*

Ano	Variação	Ano	Variação	Ano	Variação
1990	-	1997	-4,29	2004	-2,7
1991	-	1998	-15,7	2005	1,18
1992	-7,44	1999	-2,08	2006	-3
1993	22,54	2000	2,55	2007	-4,64
1994	-5,6	2001	-4,02	2008	-2,74
1995	-8,17	2002	-2,59	2009	-16,32
1996	-5,96	2003	-6,25	2010	14,3

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física.

Nota: (*) Obtida a partir da relação entre os índices acumulados ("jan a dez" igual período do ano anterior =100) da produção física industrial. Dados somente a partir de 1992.

Observando a Tabela 04, pode-se perceber que a variação na maioria dos anos é negativa, ou seja, cada ano que apresenta valor negativo quer dizer que, a produção foi menor em relação ao ano anterior.

Quando o setor calçadista é analisado isoladamente como um processo de desindustrialização, também não se pode concluir e afirmar que o setor se desindustrializou, pois para isso seriam necessárias mais variáveis que demonstrassem essa queda de produção como um ganho no setor de serviços. O que se pode perceber é que até os anos analisados neste trabalho, o setor industrial calçadista ainda sofria com impactos em sua produção, referente à concorrência

externa que se instaurou com a abertura comercial financeira. Dado que, este setor não estava preparado para competir com preços tão baixos e altas tecnologias.

Diante dos dados apresentados da participação da indústria brasileira no PIB e produtividade do setor calçadista, prosseguimos este capítulo expondo os dados referentes à exportação brasileira. Os autores utilizados como referência para demonstrar uma desindustrialização com base nas exportações enfatizam que, as exportações industriais estão perdendo mercado para a exportação de produtos primários, fenômeno esse chamado por Bresser-Pereira e Marconi (2008) como “doença holandesa”. Na tabela abaixo, podemos visualizar os dados das exportações totais no período de 1990 a 2010 e a participação do setor primário e secundário.

Tabela 05- Participação do setor primário e secundário nas exportações totais

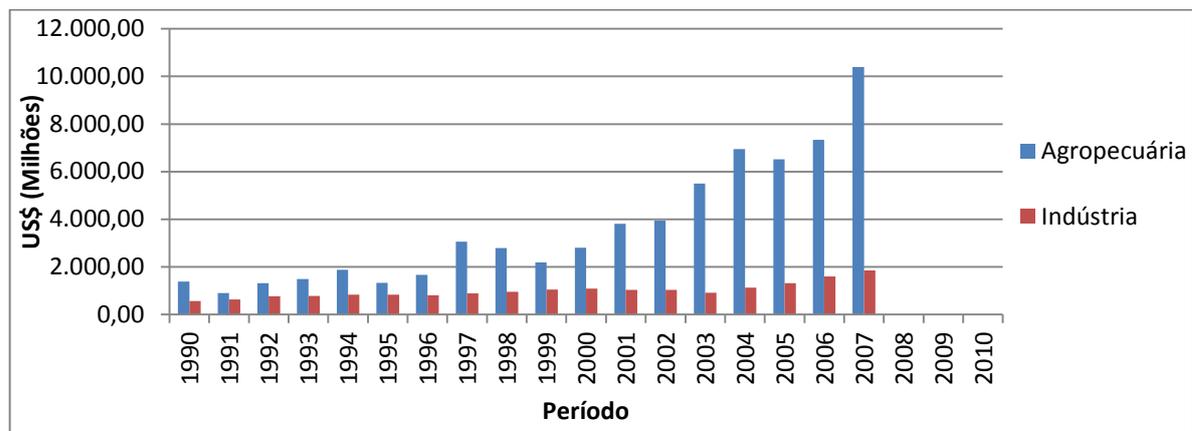
Ano	Exportações Total	Agropecuária	Indústria
1990	31.413,76	1.386,70	563,1
1991	31.620,44	906,3	636,1
1992	35.792,99	1.322,20	761,4
1993	38.554,77	1.486,90	781,3
1994	43.545,16	1.883,00	841,2
1995	46.506,28	1.335,70	832,3
1996	47.746,73	1.672,50	813,5
1997	52.994,34	3.062,90	883,1
1998	51.139,86	2.786,30	959,3
1999	48.011,45	2.192,60	1.053,00
2000	55.085,60	2.803,30	1.091,80
2001	58.222,64	3.815,70	1.037,10
2002	60.361,79	3.944,30	1.039,70
2003	73.084,14	5.505,30	921,5
2004	96.475,24	6.954,80	1.134,80
2005	118.308,39	6.524,30	1.314,00
2006	137.807,47	7.338,10	1.601,30
2007	160.649,07	10.389,70	1.853,90
2008	197.942,44	-	-
2009	152.994,74	-	-
2010	201.915,29	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IPEADATA ((FOB) (Antiga metodologia - BPM5)) com frequência: 1990 a 2010. E Valor FOB das exportações por setor: indústrias diversas com frequência: 1990 a 2007. Unidade: US\$ Milhões.

Na tabela acima, conseguimos visualizar um aumento das exportações do setor primário e secundário, em relação as exportações totais.

Mas verifica-se um aumento, proporcionalmente muito maior no setor primário. No gráfico abaixo conseguimos notar melhor, o desenvolvimento do setor primário em relação ao secundário.

Gráfico 05 - Participação Agropecuária x Indústria no total de exportações



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IPEADATA ((FOB) (Antiga metodologia - BPM5)) com frequência: 1990 a 2010. E Valor FOB das exportações por setor: indústrias diversas com frequência: 1990 a 2007. Unidade: US\$ Milhões.

Os autores Oreiro e Feijó (2010) citam em seus estudos sobre desindustrialização brasileira, a existência de uma reprimarização das exportações, isto é, quando uma economia industrializada passa a exportar um grande número de bens primários. Eles ligam esse aumento de exportações de bens primários a uma “doença holandesa”. Ou melhor, uma descoberta de recursos naturais escassos, causado pela apreciação do câmbio.

Esse processo de formação de um caráter fortemente primário das exportações apresenta fragilidades, fazendo com que a posição econômica do país seja de grande vulnerabilidade e dependência externa.

Como citado anteriormente pelos autores Bresser-Pereira e Marconi (2008), essa reprimarização das exportações é efeito da apreciação da taxa de câmbio, o que podemos observar a seguir:

Tabela 6 - Índices da taxa de câmbio efetiva real para o total das exportações e para exportações de manufaturados

Ano	Total das Exportações – IPA-OG	Exportações de Manufaturados – IPA-OG
1995	111,80	107,69
1996	116,01	112,16
1997	113,58	115,92
1998	116,12	121,60
1999	154,68	164,27
2000	131,98	143,79
2001	149,04	166,30
2002	137,13	145,78
2003	125,10	132,20
2004	117,94	121,11
2005	100,00	100,00
2006	93,67	92,37
2007	87,33	86,91
2008	85,79	83,93
2009	90,27	86,46
2010	80,64	78,49

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE e FGV; Base: Média de 2005 = 100. Adaptado séries históricas IPEA/DIMAC

O deflator IPA é o Índice de Preços ao Produtor Amplo e registra as variações dos preços de produtos industriais e agropecuários em transações entre empresas, ou seja, registra variações de comércio entre empresas antes do consumo final.

Na Tabela 06, vimos que o índice da taxa de câmbio realmente estava apreciado, mas, mesmo com quedas a partir de 2003, o setor primário continuava ganhando espaço e mercado nas exportações brasileiras. Nassif (2008) também argumentava que a apreciação do câmbio ocasionava uma “doença holandesa” resultado de recursos naturais escassos encontrados em uma determinada localidade.

O que podemos perceber é que, realmente houve descoberta de recursos naturais escassos, fazendo com que, outros países exportem bastantes bens primários do Brasil. O Brasil é um país rico no cultivo da terra e dos vegetais para a produção de alimentos e produtos primários, tais como o milho, arroz, feijão, soja, cana-de-açúcar e incontáveis outros exemplos.

Existe um grande número de produtores que extraem diretamente da natureza os bens que podem ser consumidos tanto de sua forma natural ou quanto transformados em mercadoria. Também podemos citar que o Brasil tem produtos naturais não renováveis que colaboram na parcela de exportação, como petróleo e minérios.

Separadamente, quando analisado o processo de desindustrialização somente com a variável exportação, podemos verificar um processo de desindustrialização. Isto porque, as exportações de bens primários tiveram aumentos contínuos e muito significativos, enquanto a exportação de bens secundários tiveram aumentos bem menores quando comparados aos bens primários. Conforme Cano (2012), o Brasil perdeu competitividade nas exportações quando começou a exportar mais bens primários do que secundários, levando a uma reprimarização da regulação exportadora o que também pode levar a ter aumentos de importação de bens de capital. Bresser-Pereira e Marconi (2008) também colaboram justificando que esta desindustrialização está diretamente ligada com as vantagens que o Brasil tem em produzir *commodities*. Por isso, países com recursos baratos, como o Brasil, deixam de conservar medidas macroeconômicas que neutralizem as exportações de bens primários.

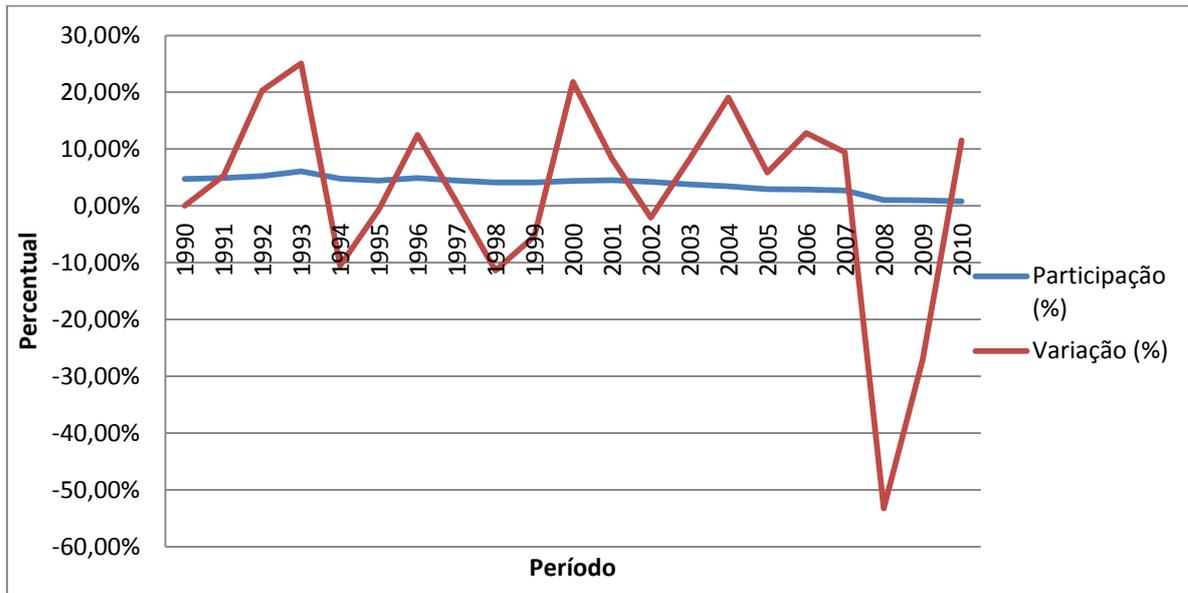
E, para finalizar, a demonstração dos dados, abaixo está exposta a participação da indústria calçadista no total de exportações.

Tabela 07 - Participação do setor calçadista nas exportações total

Ano	Total Exportação	Exportação de calçados
1990	31.413.756.000	1.482.300.000
1991	31.620.439.000	1.561.400.000
1992	35.792.986.000	1.878.600.000
1993	38.554.769.000	2.349.600.000
1994	43.545.162.000	2.101.900.000
1995	46.506.283.000	2.089.800.000
1996	47.746.727.000	2.351.000.000
1997	52.994.340.000	2.367.800.000
1998	51.139.862.000	2.098.100.000
1999	48.011.445.000	1.986.500.000
2000	55.085.595.000	2.420.200.000
2001	58.222.643.000	2.622.200.000
2002	60.361.785.000	2.568.700.000
2003	73.084.140.000	2.781.900.000
2004	96.475.238.000	3.313.000.000
2005	118.308.387.000	3.506.600.000
2006	137.807.470.000	3.957.500.000
2007	160.649.073.000	4.332.800.000
2008	197.942.443.000	2.025.175.832
2009	152.994.742.000	1.477.084.985
2010	201.915.285.000	1.647.600.661

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE; Exportações (FOB) (Antiga metodologia - BPM5) e Valor FOB das exportações por setor: calçados. Unidade: US\$ (milhões)

O setor calçadista teve seu impulso de exportações já em 1970 e desde então vinha ganhando mercado no exterior. Podemos observar na Tabela 07 que as reduções de exportações calçadistas enfrentadas também estão ligadas aos impactos econômicos brasileiros que, neste caso, foram em 1999 com a desvalorização do real e após 2008 com a crise financeira. Mas, se os dados de exportação calçadista forem postos com nível de participação e variação percentual de um ano para outro, podemos verificar no Gráfico 06 a seguir, apenas uma perda de participação no mercado exportador pós crise de 2008 e a variação anual mais significativa.

Gráfico 06 - Participação indústria calçadista nas exportações brasileiras

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE; Exportações (FOB) (Antiga metodologia - BPM5) e Valor FOB das exportações por setor: calçados

O Gráfico 06 apresenta que o setor calçadista tem forte participação no mercado internacional e tem uma notável variação diferente de um ano ao outro, ou seja, crescimento ou queda registrados comparados de um ano para outro. Estas variações coincidem com os impactos sofridos pela economia brasileira nos seguintes períodos: 1994 representa mudança moeda; 1998 e 1999 a crise cambial; 2002 a desconfiança com as medidas econômicas que seriam tomadas pelo governo Lula e a partir de 2007 com a crise financeira.

Mas não podemos afirmar que o setor calçadista está se desindustrializando quando analisamos à parte a variável exportação. Isto porque, o setor calçadista também enfrenta problemas com o câmbio e com a competitividade nas exportações, principalmente com países da Ásia e suas quedas podem ser vistas como repercussão dos problemas macroeconômicos enfrentados pelo Brasil. Mas, mesmo com essas dificuldades enfrentadas, as exportações calçadistas conseguiram expandir se ao longo do período analisado, tendo diminuições visíveis somente com a crise de 2008, firmando que o setor calçadista brasileiro tem fortes influências no setor externo.

Portanto, com base nos autores utilizados como referência para esboçar as variáveis deste trabalho, identificamos um processo de desindustrialização brasileira no período analisado, somente quando examinado a variável exportação total

brasileira separadamente. Essa desindustrialização identificada no trabalho é devido o país exportar mais bens primários do que secundários, durante o período analisado.

Pode-se destacar, ainda, que inúmeras outras variáveis poderiam ter sido analisadas, no entanto, com as variáveis utilizadas foi possível atingir e responder aos objetivos propostos neste trabalho. As variáveis escolhidas não são as únicas para verificar a existência de um processo de desindustrialização, nem excluem outras variáveis, apenas foram utilizadas para que se evitasse alongar demasiadamente o processo de conclusão deste trabalho. Portanto, procurou-se identificar o processo de desindustrialização nas variáveis PIB e exportações, já que outros renomados autores as utilizaram em estudos semelhantes sobre o tema.

Vale ressaltar que, na apresentação dos resultados da participação da indústria no PIB brasileiro, não foram citados os dados do setor primário, pois estes dados pouco acrescentariam na análise dos resultados.

Baseando-se nos resultados apresentados neste capítulo e no modelo de dados criado para explicar uma possível desindustrialização brasileira precoce, será apresentada, a seguir, uma conclusão sobre este trabalho.

6 CONCLUSÃO

O trabalho teve como finalidade identificar e descrever se ocorreu um processo de desindustrialização no Brasil no período de 1990 a 2010. Descrições foram formalizadas com a tentativa de esclarecer os pontos controversos de autores, referente à discussão sobre a existência ou não, de uma desindustrialização no Brasil. Logo após, buscou-se variáveis que ajudassem a identificar pontos que levem a crer neste fenômeno. As duas variáveis escolhidas foram o PIB e exportação. A opção por estas variáveis deu-se pela possibilidade de adaptar modelos já conceituados no mundo acadêmico, de estudiosos sobre o processo de desindustrialização brasileira, e também, a possibilidade de analisar uma possível desindustrialização como fator interno e externo.

Um dos conceitos mais clássicos sobre desindustrialização, encontrado entre os autores é o definido por Rowthorn e Ramaswany (1999), verificando o processo de desindustrialização como uma diminuição da participação do emprego industrial no emprego total de um país. Posteriormente, inúmeros outros autores fizeram suas análises, embasados em diversas variáveis para medir o processo de desindustrialização.

Uma das mais importantes conclusões encontradas no contexto teórico deste trabalho é a ausência de uma definição concreta e consensual do processo de desindustrialização, que atualmente proporciona conclusões relacionadas em princípios ideológicos. O vasto levantamento teórico demonstra que há inúmeras definições diferentes sobre desindustrialização na literatura econômica. De fato, ainda não há uma definição concreta sobre o termo, mas sim várias formas identificadas para medi-lo.

De acordo com as variáveis analisadas neste trabalho, só podemos afirmar que o Brasil passou por um processo de desindustrialização - no período verificado - quando a variável exportação é analisada isoladamente. Nos resultados das análises verifica-se um aumento contínuo ao longo dos anos, das exportações do setor primário. Com isso, cada vez mais, o setor primário ganhou espaço e maiores volumes de participação nas exportações totais. Conforme Bresser-Pereira e Marconi (2008), Oreiro e Feijó (2010) e Cano (2012) essa característica das exportações pode ser confirmada como um processo de desindustrialização.

Quando o processo de desindustrialização foi analisado pela participação da indústria no PIB, verificamos que, quando a indústria teve perdas de participação houve um aumento no setor de serviços, como afirmavam os autores Marquetti (2002) e Feijó, Carvalho e Almeida (2005). Mas somente com essa visão, não podemos afirmar a existência do processo de desindustrialização porque quando o setor de serviços perde participação no PIB, é a indústria quem ganha participação. Logo, a concepção mais correta para esta análise se deu em que momentos de diminuição da participação da indústria no PIB brasileiro foram decorrentes de políticas macroeconômicas instauradas, crises e problemas cambiais que acabaram favorecendo o setor de serviços.

A desindustrialização brasileira quando foi considerado um processo verídico neste trabalho - com a variável exportação - foi estimada do tipo precoce e nocivo ao desenvolvimento do país. Isto porque foi verificada antes do processo de industrialização estar completo e, a maior participação de exportações deveria ser do setor secundário. Portanto, esse processo foi considerado imaturo quando comparado ao processo de desenvolvimento socioeconômico normal de alguns países desenvolvidos. Esse processo precoce se apresenta como um acontecimento que pode interromper o processo de desenvolvimento e crescimento econômico, bem como a levar a um retrocesso de avanços tecnológicos e dificuldades de inserção externa.

No decorrer deste trabalho, foram apresentadas visões distintas sobre o processo de desindustrialização brasileira. Assim como os conceitos levantados, a verificação dos resultados também não foi invariável ou uniforme. As análises dos dados não nos levam a uma mesma definição, mas provam que a revisão bibliográfica e análise dos resultados atingiram aos objetivos propostos. No entanto, pelos resultados apresentarem desconformidades, não é possível afirmar que o Brasil passou por um processo de desindustrialização no período de 1990 a 2010.

Além disso, podemos concluir que, mesmo não se configurando um processo de desindustrialização neste trabalho, a indústria sofreu consequências com a abertura financeira comercial. Pode-se citar que a indústria brasileira teve que reestruturar seu parque industrial para continuar competitiva no mercado. Mas, mesmo com esses empasses, a indústria conseguiu manter seu nível de participação no PIB brasileiro com poucos percentuais de diferença ano após ano.

Finalizando, pode-se apontar que o setor calçadista brasileiro construiu aglomerados regionais como forma de capacidade produtiva. Tal setor, não estava preparado para concorrer com os baixos preços dos calçados importados que invadiram o Brasil nos anos 1990, tanto que enfrentaram um período de baixa produtividade. Esse índice negativo de produtividade de calçados, ao longo dos anos analisados neste trabalho, pode ser interpretado levando em consideração que, quando o setor estava próximo de atingir números positivos de produtividade, problemas externos aconteciam no país que afetaram diretamente o setor calçadista. No entanto, na análise de resultados, o setor apresentou produtividades menores em relação aos anos anteriores, mas em compensação a participação nas exportações tiveram grandes aumentos. Com as análises feitas neste trabalho, podemos afirmar que, o setor calçadista brasileiro não sofreu consequências de um processo de desindustrialização, mas sofreu implicações devida as novas políticas estratégicas adotadas pelo governo no início dos anos 1990.

6.1 Limitações do estudo e sugestões para novos estudos

O presente estudo considerou duas variáveis isoladas para realizar a análise de resultados, fazendo com que apresentasse uma limitação nos resultados. Dessa forma, as conclusões deste trabalho aplicam-se somente as variáveis analisadas.

Para uma análise mais profunda do processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010, seria necessário o levantamento e obtenção de mais informações, tais como outras variáveis macroeconômicas importantes para o desenvolvimento do país. Juntamente com o levantamento dessas variáveis, elas deveriam ser analisadas como um todo para identificar o processo de desindustrialização.

Como já afirmado anteriormente, este trabalho buscou identificar e descrever o processo de desindustrialização brasileira no período de 1990 a 2010 e a busca de conhecimento relacionado às formas distintas de interpretação do processo de desindustrialização brasileira pode ser considerada de fundamental importância.

Tratando-se das limitações deste trabalho, acredita-se que ainda perdura espaço para o aprofundamento e aperfeiçoamento da proposta instaurada. Por esse motivo, recomenda-se a continuidade deste tema de modo a explorar demais variáveis que possam identificar um processo de desindustrialização brasileira, e, também, que seja ampliado o período para análise.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Júlio G. de. *A política de desenvolvimento industrial: O que é e o que representa para o Brasil*. São Paulo: IEDI, 2002.
- ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. *IPEA: Texto para Discussão*, Brasília, dezembro de, 2009.
- _____. Padrões de política industrial: a velha, a nova e a brasileira. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. de (Org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013. p. 273-293.
- AMANN, J. C.; LEHN, J. C.; FREITAS, E. C. de. A importação como fator de desindustrialização do setor calçadista brasileiro. *Gestão Contemporânea*. Porto Alegre, n.15, p. 196-220, jan./jun. 2014.
- AMSDEN, Alice H. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. Nova York: Oxford University Press, 1989.
- ABICALÇADOS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. Relatório anual 2015
- BARROS, O. de; PEREIRA, R. R.. "Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais". In: BARROS, Octávio de; GIAMBIAGI, Fabio (Orgs.). *Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- BONELLI, Regis. *Industrialização e desenvolvimento*. In: SEMINÁRIO INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: FIESP; IEDI, 2005.
- BONELLI, R.; PESSOA, S. A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. *FGV: Texto para discussão*, março de 2010.
- BONELLI, R.; PESSÔA, S. A.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: Fatos e interpretação. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2013. p. 45-79.
- BRAGWATI, Jagdish N. *A economia em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Maldição dos recursos naturais. *Folha de S. Paulo*, v. 6, n. 06, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: FÓRUM DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, 4., 2008. *Anais...* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.p. 1-21.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N.; OREIRO, J. L. A doença holandesa. IN: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 141-171.

- BRUM, Argemiro. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 22 ed. Petrópolis/Ijuí: Vozes/UNIJUI, 2002.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. 251 p.
- CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 21, p. 831-851, dez. 2012. Número especial.
- CLARK, Colin. *The conditions of Economic Progress*. London: Macmillan, 1957.
- CORNEJO, Ricardo H. R. *A dinâmica da distribuição espacial do setor coureiro-calçadista por microrregiões brasileiras no período de 1994 a 2011*. 2013. 311 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional –Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.
- CORRÊA, Abidack Raposo. O Complexo Coureiro-Calçadista Brasileiro. *BNDES Setorial*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 65-92, set. 2001.
- COSTA, A. B. da; FROEHLICH, C. Trajetória Empresarial em Cluster Calçadista Brasileiro: O Caso da Paquetá. *Ensaio FEE*, v. 29, n. 2, p. 385-408, 2008.
- CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CROCE, Marcus Antônio. *O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura (1888-1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2008.
- CROCCO, M. et al. *Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais: o arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana (MG)*. *Parcerias Estratégicas*. Brasília, v. 8, n. 17, p. 55-134, 2010.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil*. São Paulo: [s.n.], 2011.
- FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M. de; ALMEIDA, J. S. G. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil*. São Paulo: IEDI, 2005.
- FEIJÓ, Carmem. A. *Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente*. São Paulo: IEDI, 2007.
- FERRAZ, J. C.; PAULA, G. M. de; KUPFER, D.; Política Industrial. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). *Economia industrial: Fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2013. p. 313-323.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações: 40 anos depois. Tradução de Helga Hoffmann. In: BACHA, E.; BOLLE, M. B. de (Org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013. p. 23-43.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://portal.fgv.br/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *O processo de substituição de importações*. LCTE, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Ed Nacional, 2005.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Política Industrial: Uma Visão Neo-Shumpteriana Sistêmica e Estrutural. *Revista de Economia Política*, n. 4, p. 149-171, out./dez. 2001.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (Org). *A economia Brasileira nos Anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. A abertura econômica no Brasil e suas implicações na indústria em cidades médias do oeste paulista. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 10, n. 31, p. 83-91, set. 2009.

GORINI, A. P. F.; SIQUEIRA, S. H. G.; *Complexo Coureiro-Calçadista*. BNDES. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. (Org.). *Economia brasileira contemporânea*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIDOLIN, S. M.; COSTA, A. C. R. da; ROCHA, É. R. P. da. Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 147-184, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 02 out. 2016.

KALDOR, Nicholas. *Causes of the Slow Rate of Economic Growth of The United Kingdom*. Cambridge, Cambridge University Press, 1966.

LESSA, Carlos. Política Industrial e Industrialização. *Valor econômico*. São Paulo 9 mai. 2007.

MANTEGA, Guido. O governo Geisel, o II PND e os economistas. São Paulo: EAESP; FGV; NPP, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>>. Acesso em: 17 Abr. 2016.

MARQUETTI, Adalmir A. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia Brasileira: 1955-1998. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.32, n. 1, p. 103-124, 2002.

MORCEIRO, Paulo César. *Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011*. São Paulo: UNESP, 2012.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n.1, p. 72-96, jan./mar. 2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira, 1999.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. In: CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 2005.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). *Economia brasileira*. 4. ed. rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. *IMF Staff Papers*, Washington, v.46,n.1, p. 18-41, mar. 1999.

ROWTHORN, R.; WELLS, John R. *De-industrialization and foreign trade*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

SANTOS, Antonio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, A. B.; PASSOS, M. C. (Org.). *A indústria calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SICSÚ, João. A construção de uma estratégia de desenvolvimento. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. (Org.). *Sociedade e economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2009.

SILBER, Simão Davi. *Mudanças estruturais na economia brasileira (1988-2002): abertura, estabilização e crescimento*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/simao.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

SILVESTRIN, L. E.; TRICHES, D. A análise do setor calçadista brasileiro e os reflexos das importações chinesas no período de 1994 a 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 145-170, 2008.

SQUEFF, Gabriel Coelho. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. *IPEA: Texto para discussão*, Brasília, junho de 2012.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 8, n.4, out./dez. 1988.

_____. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: HUCITEC, 2000. 421 p.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. *Revista de economia política*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, 2006.

SCHWARTSMAN, A. Uma Tese com Substâncias. *Folha de São Paulo*, 19 de agosto 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, Cary, v. 33, n. 3, p. 433-466, 2009.

VASQUEZ, J. L. *Comércio exterior brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YANO, N. M.; MONTEIRO, M. M. Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. Anais ... Salvador: ANPEC, 2008. 1 CD-ROM.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. São Paulo: Artmed, 2005.